



Companhia Aberta - CNPJ sob nº. 83.296.889/0001-23
Rua Barão do Rio Branco, 1270-E, Sala 03 – CEP: 89802-900 - Chapecó - SC

R\$ 68.596.000,00

Emissão de 68.596 (sessenta e oito mil e quinhentos e noventa e seis) debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações preferenciais da Emissora, para subscrição pública, em duas séries, sendo 19.609 (dezenove mil, seiscentas e nove) debêntures relativas à primeira série, e 48.987 (quarenta e oito mil, novecentas e oitenta e sete) debêntures relativas a segunda série, da terceira emissão pública da S.A. Indústria e Comércio Chapecó, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em 1º de novembro de 1999 (“Data da Emissão”), perfazendo o montante total de R\$ 68.596.000,00 (sessenta e oito milhões e quinhentos e noventa e seis mil reais), sendo que a 1ª série da espécie com garantia real cumulativa com garantia flutuante e a 2ª série, da espécie subordinada, ambas com garantia adicional fidejussória prestada pela Alimbras S.A., com prazo de vencimento de 08 (oito anos) contados da Data da Emissão, vencendo-se em 01 de novembro de 2007.

Código ISIN 1ª Série Nº. BRCHAPDBP028.
Código ISIN 2ª Série Nº. BRCHAPDBP036.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas”.

“Este prospecto preliminar e as informações aqui contidas serão objeto de análise por parte da Comissão de Valores Mobiliários, que examinará a consistência dos mesmos, sujeitos, pois a modificações e complementações, as quais, caso, ocorram serão incorporadas no Prospecto definitivo. O Prospecto Definitivo será colocado à disposição dos investidores, para entrega, nos locais onde serão colocadas as Debêntures junto ao público durante sua distribuição”.

Coordenador Líder



A data deste prospecto é 25 de maio de 2001



O presente prospecto foi elaborado em 15 unidades que estarão disponíveis na sede da Emissora, no endereço constante na capa do prospecto.



ÍNDICE

TERMOS E CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES	6
Características Básicas da 1ª Série	6
Características da 2ª Série	8
CAPITALIZAÇÃO	11
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA EMISSORA	13
Indicadores dos exercícios encerrados em 1997, 1998, 1999 e 2000	13
Indicadores do 3º trimestre de 2000	13
Indicadores do 2º trimestre de 2000	14
Indicadores do 1º trimestre de 2000	15
FATORES DE RISCO	17
Fatores Relativos à Economia Financeira	17
Fatores Relativos a Garantia Real da 1ª Série da 3ª Emissão de Debêntures	17
Fatores Relativos ao Mercado	18
Fatores Macro Econômicos	18
ATIVIDADES DA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ	19
Histórico	19
Negócios da S.A. Indústria e Comércio Chapecó	22
Mercado de Atuação da S.A. Indústria e Comércio Chapecó	22
Segmento de Aves	22
Infra-estrutura Produtiva	22
Produtividade	22
Capacidade Instalada X Utilizada	23
Processo de Produção	23
Abate	25
Matérias-primas e Fornecedores	26
Mercado	26
Produção Mundial	27
Exportação Mundial	27
Consumo Per Capita	28
Produção Brasileira	28
Principais destinos das exportações brasileiras	28
Participação nas Exportações de Frangos	29
Segmento de Suínos	29
Infra-estrutura Produtiva	29
Produtividade	30
Capacidade Instalada x Utilizada	30
Processo de Produção	30
Abate	33
Matérias-primas e Fornecedores	33
Mercado	34
Produção Mundial	35



Exportação Mundial	35
Consumo Per Capita	35
Produção Brasileira	36
Principais Destinos das Exportações Brasileiras	36
Participação nas Exportações	36
<i>Estrutura de Participação</i>	38
<i>Macrolocalização</i>	39
<i>Administração</i>	40
<i>Estrutura Acionária</i>	42
Composição do Capital Social	42
Evolução do Capital Social	42
Distribuição do Capital Social	42
Características das ações	43
<i>Recursos Humanos</i>	44
<i>Programa Qualidade Integrada CHAPECÓ</i>	45
<i>Pesquisa e Desenvolvimento</i>	45
<i>Tecnologia</i>	45
<i>Controle de Qualidade da Produção</i>	46
<i>Meio Ambiente</i>	46
<i>Relacionamento com o Governo</i>	46
<i>Marcas e Patentes</i>	46
<i>Aspectos Gerais do Mercado da CHAPECÓ</i>	47
Market Share	47
Marketing e Propaganda	48
Processo de Comercialização e Distribuição	48
Distribuição Geográfica das Vendas	49
Principais Clientes	49
Principais Concorrentes	50
Rações e Concentrados	50
Pintos de Um Dia	50
Sazonalidade	50
Benchmarking	51
<i>VALORES MOBILIÁRIOS</i>	53
Primeira Emissão	53
Segunda Emissão	53
<i>PENDÊNCIAS JUDICIAIS DA CHAPECÓ</i>	56



Processos na área tributária: _____	56
Processos na área civil: _____	57
Processos na área trabalhista: _____	57
<i>Sistema Nacional de Debêntures</i> _____	58
<i>Anexo I da Instrução CVM nº 13/80</i> _____	62
Composição do Capital Social _____	62
Características Básicas da Emissão _____	63
Demonstrativo do Custo da Distribuição _____	63
Contrato de Distribuição de Debêntures _____	64
Das Condições Gerais da Emissão das Debêntures _____	64
Atendimento aos Debenturistas _____	71
Relacionamento da Empresa Emissora com os Coordenadores da Distribuição _____	72
Contrato de Garantia de Liquidez _____	72
Instituições Coordenadoras _____	72
Agente Fiduciário _____	72
Informações Complementares _____	72
<i>TERMOS E CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES</i> _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Características Básicas da 1ª Série _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Características da 2ª Série _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>CAPITALIZAÇÃO</i> _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA EMISSORA</i> _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Indicadores dos exercícios encerrados em 1997, 1998, 1999 e 2000 _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Indicadores do 3º trimestre de 2000 _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Indicadores do 2º trimestre de 2000 _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Indicadores do 1º trimestre de 2000 _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>FATORES DE RISCO</i> _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Fatores Relativos à Economia Financeira _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Fatores Relativos a Garantia Real da 1ª Série da 3ª Emissão de Debêntures _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Fatores Relativos ao Mercado _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Fatores Macro Econômicos _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>ATIVIDADES DA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ</i> _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Histórico _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>



Negócios da S.A. Indústria e Comércio Chapecó	Erro! Indicador não definido.
Mercado de Atuação da S.A. Indústria e Comércio Chapecó	Erro! Indicador não definido.
Segmento de Aves	Erro! Indicador não definido.
Infra-estrutura Produtiva	Erro! Indicador não definido.
Produtividade	Erro! Indicador não definido.
Capacidade Instalada X Utilizada	Erro! Indicador não definido.
Processo de Produção	Erro! Indicador não definido.
Abate	Erro! Indicador não definido.
Matérias-primas e Fornecedores	Erro! Indicador não definido.
Mercado	Erro! Indicador não definido.
Produção Mundial	Erro! Indicador não definido.
Exportação Mundial	Erro! Indicador não definido.
Consumo Per Capita	Erro! Indicador não definido.
Produção Brasileira	Erro! Indicador não definido.
Principais destinos das exportações brasileiras	Erro! Indicador não definido.
Participação nas Exportações de Frangos	Erro! Indicador não definido.
Segmento de Suínos	Erro! Indicador não definido.
Infra-estrutura Produtiva	Erro! Indicador não definido.
Produtividade	Erro! Indicador não definido.
Capacidade Instalada x Utilizada	Erro! Indicador não definido.
Processo de Produção	Erro! Indicador não definido.
Abate	Erro! Indicador não definido.
Matérias-primas e Fornecedores	Erro! Indicador não definido.
Mercado	Erro! Indicador não definido.
Produção Mundial	Erro! Indicador não definido.
Exportação Mundial	Erro! Indicador não definido.
Consumo Per Capita	Erro! Indicador não definido.
Produção Brasileira	Erro! Indicador não definido.
Principais Destinos das Exportações Brasileiras	Erro! Indicador não definido.
Participação nas Exportações	Erro! Indicador não definido.
Estrutura de Participação	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Macrolocalização	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Administração	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Estrutura Acionária	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Composição do Capital Social	Erro! Indicador não definido.
Evolução do Capital Social	Erro! Indicador não definido.
Distribuição do Capital Social	Erro! Indicador não definido.
Características das ações	Erro! Indicador não definido.
Recursos Humanos	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Programa Qualidade Integrada CHAPECÓ	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Pesquisa e Desenvolvimento	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Tecnologia	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Controle de Qualidade da Produção	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Meio Ambiente	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Relacionamento com o Governo	<i>Erro! Indicador não definido.</i>



<i>Marcas e Patentes</i> _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>Aspectos Gerais do Mercado da CHAPECÓ</i> _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Market Share _____	Erro! Indicador não definido.
Marketing e Propaganda _____	Erro! Indicador não definido.
Processo de Comercialização e Distribuição _____	Erro! Indicador não definido.
Distribuição Geográfica das Vendas _____	Erro! Indicador não definido.
Principais Clientes _____	Erro! Indicador não definido.
Principais Concorrentes _____	Erro! Indicador não definido.
Rações e Concentrados _____	Erro! Indicador não definido.
Pintos de Um Dia _____	Erro! Indicador não definido.
Sazonalidade _____	Erro! Indicador não definido.
Benchmarking _____	Erro! Indicador não definido.
VALORES MOBILIÁRIOS _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Primeira Emissão _____	Erro! Indicador não definido.
Segunda Emissão _____	Erro! Indicador não definido.
PENDÊNCIAS JUDICIAIS DA CHAPECÓ _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Processos na área tributária: _____	Erro! Indicador não definido.
Processos na área civil: _____	Erro! Indicador não definido.
Processos na área trabalhista: _____	Erro! Indicador não definido.
Sistema Nacional de Debêntures _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Anexo I da Instrução CVM nº 13/80 _____	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
Composição do Capital Social _____	Erro! Indicador não definido.
Características Básicas da Emissão _____	Erro! Indicador não definido.
Demonstrativo do Custo da Distribuição _____	Erro! Indicador não definido.
Contrato de Distribuição de Debêntures _____	Erro! Indicador não definido.
Das Condições Gerais da Emissão das Debêntures _____	Erro! Indicador não definido.
Atendimento aos Debenturistas _____	Erro! Indicador não definido.
Relacionamento da Empresa Emissora com os Coordenadores da Distribuição _____	Erro! Indicador não definido.
Contrato de Garantia de Liquidez _____	Erro! Indicador não definido.
Instituições Coordenadoras _____	Erro! Indicador não definido.
Agente Fiduciário _____	Erro! Indicador não definido.
Informações Complementares _____	Erro! Indicador não definido.

ANEXOS

Anexo I



Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias e Reuniões do Conselho de Administração, que deliberaram sobre a Emissão das Debêntures

Anexo II

Instrumento Particular de Escritura de Emissão e anexos

Anexo III

Informações Anuais – IAN relativos aos exercícios de 1998, 1999 e 2000

Anexo IV

Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP relativas aos exercícios de 1998, 1999 e 2000

Anexo V

Informações Trimestrais – ITR relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 1999; 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2000 e 31 de março de 2001

Anexo VI

Análise Econômica-Financeira

Anexo VII

Estatuto Social

Anexo VIII

Atas das debêntures anteriormente colocada

Anexo IX

Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias dos últimos 12 meses

Anexo X

Fatos relevantes publicados em 27 de dezembro de 1999, 24 de maio de 2000, 28 de junho de 2000 e 07 de dezembro de 2000

Anexo XI

Plano de Negócios projetado para 2004

Anexo XII

Ata n.º 340 da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2001



TERMOS E CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES

Seguem abaixo os principais termos e condições das Debêntures da S/A Indústria e Comércio Chapecó (“SAIC” ou “Companhia” ou “Emissora”) bem como as condições de oferta pública. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do prospecto antes de tomar uma decisão de investimento, inclusive a seção sobre “Fatores de Risco”, bem como as Demonstrações Financeiras consolidadas da SAIC e suas respectivas Notas Explicativas.

Emissora	S/A Indústria e Comércio Chapecó
Número da Emissão e Séries	3ª emissão de debêntures, dividida em 02 (duas) séries
Número Total de Debêntures	68.596 (sessenta e oito mil e quinhentas e noventa e seis).
Valor Nominal Unitário	R\$ 1.000,00 (um mil reais).
Valor Total da Emissão	R\$ 68.596.000,00 (sessenta e oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais).
Forma	Nominativas e Escriturais.
Conversibilidade	Conversíveis em ações preferenciais da Emissora.
Destinação dos Recursos	Os recursos obtidos através da presente emissão de debêntures serão destinados a reestruturação financeira da Emissora.
Procedimento de Distribuição	As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.
Certificados de Debêntures	A Emissora não emitirá certificados de debêntures.

Características Básicas da 1ª Série

Valor Nominal Unitário	R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão.
Quantidade de Debêntures	19.609 (dezenove mil, seiscentas e nove).
Data de Emissão	1º de novembro de 1.999.
Prazo	8 (oito) anos.
Data de Vencimento	1º de novembro de 2007.
Forma	Nominativas e escriturais.
Conversibilidade	Cada debênture da 1ª série, à opção de seu titular, poderá ser



convertida, a partir de 01/07/2001, em 50.000.000 ações preferenciais, de emissão da Emissora.

Espécie

Garantia real parcial cumulativa com garantia flutuante.

A garantia real das debêntures da 1ª série é parcial, limitada ao valor de R\$ 25.491.700,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos reais), tendo em vista o valor patrimonial da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos ("CCIA"), com base nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2000 e 31.03.2001.

Garantias

As debêntures da 1ª série são garantidas por caução de 2.549.170.000.000 ações ordinárias de emissão da CCIA, de titularidade da EMISSORA, ao valor de R\$ 0,01 por lote de mil ações, limitada ao valor de R\$ 25.491.700,00, avaliadas pelo método de valor patrimonial, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia, na data de 31.12.2000 e 31.03.2001, contando adicionalmente com garantia fidejussória da Alimbras S.A.

Remuneração

Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP , divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida, a título de "spread", de 1% (um por cento) ao ano, no primeiro ano, contado a partir de 01/11/1999, 2% (dois por cento) ao ano, no segundo ano, 3% (três por cento) ao ano, no terceiro ano, e a partir do quarto ano, em 01/11/2002, de 4% (quatro por cento) ao ano.

Pagamento da Remuneração

Semestralmente, no dia 01 dos meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/5/2001 e, juntamente com as parcelas de amortização do principal, no vencimento antecipado ou no vencimento final das debêntures.

Prêmio

Para cada debênture subscrita da 1ª série, será pago um prêmio, à vista, em espécie, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da realização da Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício findo em 31/12/2004 ou, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias a contar de 30/04/2005.

Condições para o Pagamento do Prêmio

O Prêmio está condicionado à existência de uma diferença positiva entre (i) o valor real da CCIA, empresa controlada pela Emissora, para o exercício correspondente ao ano de 2004, a ser calculado conforme fórmula pré-estabelecida e, (ii) o valor da CCIA estimado no plano de negócios elaborado por Alimbras S/A, constante no Anexo XI, correspondente ao referido exercício, a ser entregue aos debenturistas subscritores desta emissão. O montante a ser recebido pela totalidade dos debenturistas da 1ª. série, será equivalente a 7,864% da mencionada diferença positiva.

Amortização Programada

As debêntures da 1ª série serão amortizadas em 11 (onze) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, nos dias 01 de maio e 01 de novembro de cada ano, acrescidas de Remuneração correspondente a mencionada série, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/11/2002 e o último em 01/11/2007.



Características da 2ª Série

Valor Nominal Unitário	R\$ 1.000,00 (hum mil reais) na Data de Emissão.
Quantidade de Debêntures	48.987 (quarenta e oito mil, novecentas e oitenta e sete).
Data de Emissão	1º de novembro de 1.999.
Prazo	8 (oito) anos.
Data de Vencimento	1º de novembro de 2007.
Forma	Nominativas e escriturais.
Conversibilidade	<p>Cada debênture da 2ª série, à opção de seu titular, poderá ser convertida, a partir da data da subscrição e até 30/06/2001, em 1 (uma) ação preferencial de emissão da Emissora. Após essa data, cada debênture será convertida observando-se os mesmos critérios de conversão da 1ª série.</p> <p>Justifica-se a alternativa de conversão das debêntures da 2ª série, nas condições estabelecidas até a data de 30 de junho de 2001, uma vez que no processo de renegociação dos créditos de instituições financeiras, estas se comprometeram em subscrever e integralizar com créditos, as debêntures da 2ª série da 3ª Emissão e, posteriormente convertê-las, até 30 de junho de 2001, em ações preferenciais da Emissora ao valor de R\$1.000,00 por ação.</p>
Espécie	Subordinada.
Garantias	Garantia Fidejussória da Alimbras S/A.
Remuneração	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP , divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida, a título de "spread", de 1% (um por cento) ao ano, no primeiro ano, contado a partir de 01/11/1999, 2% (dois por cento) ao ano, no segundo ano, 3% (três por cento) ao ano, no terceiro ano, e a partir do quarto ano, em 01/11/2002, de 4% (quatro por cento) ao ano.
Pagamento da Remuneração	<p>Semestralmente, no dia 01 dos meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/11/2001 e, juntamente com as parcelas de amortização do principal, no vencimento antecipado ou no vencimento final das debêntures.</p> <p>Na hipótese de ocorrer a conversão das debêntures da 2a. série até 30/6/2001, o pagamento da 1a. parcela de juros calculados pro rata temporis do período de 01/11/1999 até a data da conversão, poderá ser efetivado, a critério da Emissora, em moeda corrente ou em ações, observado o mesmo critério para a conversão. Após 30/06/2001 os juros serão pagos em moeda corrente.</p>



Amortização Programada	As debêntures da 2ª série serão amortizadas em 11 (onze) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, nos dias 01 de maio e 01 de novembro de cada ano, acrescidas de Remuneração correspondente a mencionada série, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/11/2002 e o último em 01/11/2007.
<u>Subscrição e Integralização da 1ª e 2ª séries</u>	
Prazo de Subscrição	As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de 6 (seis) meses a contar da data da concessão do registro pela CVM.
Preço de Subscrição	O preço de subscrição das debêntures da 1ª e 2ª Séries será o valor nominal unitário das debêntures, acrescido da variação da TJLP mais 1% (um por cento) ao ano, a título de "spread", ambos calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão de 01/11/1999 até 01/11/2000, após essa data o "spread" será de 2% (dois por cento) ao ano, até a data da efetiva subscrição e integralização.
Integralização das debêntures	A integralização das debêntures de 1ª e 2ª Séries, será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente e/ou mediante utilização de créditos, inclusive aqueles representados pelas debêntures da 2ª emissão, 1ª e 2ª séries, os quais serão valorados para a integralização pelo seu valor unitário devidamente atualizado nos termos da Escritura da 2ª Emissão, de 04 de dezembro de 1995, até a Data da Emissão em 1º de novembro de 1999 e, a partir dessa data serão valorados utilizando-se os mesmos critérios de Remuneração, até a data da efetiva subscrição e integralização das debêntures da 3ª emissão. As frações de crédito das debêntures da 2ª emissão, 1ª. e 2ª. séries, serão pagas ao subscritor em moeda corrente, no ato da subscrição.
Acordo de Acionistas	Não existem acordos de acionistas.
Aquisição Facultativa	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal acrescido da Remuneração, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures, objeto de tal aquisição, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou serem colocadas novamente no mercado.
Vencimento Antecipado	O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do saldo devedor das debêntures, entendido este saldo como o valor nominal atualizado, pro rata temporis, até a data do seu efetivo pagamento, conforme Remuneração prevista anteriormente, na ocorrência dos seguintes eventos: a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora b) Pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora



- c) Liquidação ou decretação de falência da Emissora
- d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Subscritor
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura de emissão
- f) alienação ou transferência, direta ou indiretamente, do controle acionário da Emissora, de titularidade da Alimbras S.A e de Sr. Francisco Macri, salvo quando para pessoas jurídicas e/ou físicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora
- g) fusão, cisão e incorporação da Emissora
- h) alienação ou oneração de bem imóvel ou outro bem sujeito a registro de propriedade da Emissora, salvo: (i) os bens que sejam onerados para a repactuação da dívida com as instituições credoras mencionada no Fato Relevante publicado em 05 de novembro de 1999, nos jornais Folha de São Paulo e Diário da Manhã de Chapecó – SC e (ii) em outros casos, mediante aprovação expressa do agente fiduciário.

Local de Negociação	Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.
Publicidade	Jornal “Folha de São Paulo”, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário da Manhã de Chapecó, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.
Coordenadores	Planner Corretora de Valores S/A Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Banco Mandatário/Agente Escritural	Banco Itaú S/A
Agente Fiduciário	Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda



CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo mostra o endividamento de curto e longo prazo e a capitalização total da Companhia em 31 de dezembro de 2000 com o "pro forma" ajustado para a emissão das debêntures. Essa tabela deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas contidas em outras seções deste Prospecto.

PASSIVO	EMISSORA		CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
Circulante	2.599	3.675	148.474	226.801
Fornecedores	1	953	19.851	43.395
Instituições financeiras	261	-	48.169	2.374
Debêntures (1)	678	887	678	2.248
Adiantamento contrato de câmbio	-	-	32.726	462
Frete a pagar	-	-	2.993	2.139
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	4.914	54.010
Obrigações tributárias	3	136	5.785	29.844
Parcelamento de impostos e contribuições	-	-	1.510	2.895
Programa de recuperação fiscal – REFIS	69	-	6.871	-
Provisão para contingências	1.571	1.683	16.048	82.810
Outras obrigações	16	16	8.929	6.624
Exigível a longo prazo	85.580	80.654	645.072	492.351
Instituições financeiras	60.165	-	485.857	233.631
Debêntures (1)	22.115	77.351	22.115	190.268
Impostos diferidos sobre reavaliações	3.090	3.268	62.490	55.337
Parcelamento de impostos e contribuições	-	-	7.278	10.496
Programa de recuperação fiscal – REFIS	196	-	37.554	-
Provisão para contingências	-	-	26.829	-
Outras obrigações	14	35	2.949	2.619
Patrimônio líquido	110.786	76.776	110.786	76.776
Capital social	227.295	195.795	227.295	195.795
Adiantamento para futuro aumento de capital (2)	56.330	48.987	56.330	48.987
Adiantamento para futuro aumento de capital (3)	10.545	13.685	10.545	13.685
Reservas de capital	44	44	44	44
Reservas de reavaliação	140.633	121.944	140.633	121.944
Prejuízos acumulados	(324.061)	(303.679)	(324.061)	(303.679)
Total do passivo	198.965	161.105	904.332	795.928

Observações:



- (1) - Passivo circulante e Exigível a Longo Prazo - Créditos de instituições financeiras a serem utilizados para a subscrição das 19.609 debêntures da 1a série, no valor de R\$19.609.000,00 com data base de 01 de novembro de 1999. Estes créditos foram contabilizados, já 01 de novembro de 1999, como debêntures. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2000, com as devidas atualizações, apresenta o valor total de R\$22.793 mil, sendo R\$678 mil no passivo circulante e R\$22.115 mil no exigível a longo prazo.
- (2) - Patrimônio Líquido, Adiantamento para futuro aumento de capital - Créditos de instituições financeiras a serem utilizados para a subscrição das 48.987 debêntures da 2a série, no valor de R\$48.987.000,00 com data base de 01 de novembro de 1999. Estes créditos foram contabilizados, em 01 de novembro de 1999, como adiantamento para futuro aumento de capital. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2000, com as devidas atualizações, apresenta o valor total de R\$56.330 mil. Estes créditos serão capitalizados até 30 de junho de 2001.
- (3) - Patrimônio Líquido, Adiantamento para futuro aumento de capital - Outros créditos de instituições financeiras a serem capitalizados.



INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA EMISSORA

As informações financeiras selecionadas da Emissora, apresentam a seguir os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 1997, 1998, 1999 e 2000, bem como, as comparações dos balanços trimestrais encerrados em março, julho e setembro de 2000.

Todo e qualquer índice dos anos de 1997, 1998 e, até setembro de 1999, fica demonstrado e aberto, constata-se a situação que a CHAPECÓ vinha apresentando.

Todos os seus índices estão abaixo de qualquer nível operacional técnico satisfatório, porém já se verifica a mudança do Balanço de dezembro de 1999, que já refletiu parcialmente, os acordos e providências tomados pela nova controladora.

Comparando o balanço de dezembro de 2000 com o de dezembro de 1999, constata-se melhor a grande mudança da CHAPECÓ, os quais apresentamos abaixo:

Indicadores dos exercícios encerrados em 1997, 1998, 1999 e 2000

DESCRIÇÃO	Jan/97 à Dez/97	Jan/98 à Dez/98	Jan/99 à Dez/99	Jan/00 à Dez/00
ECONÔMICOS - (R\$-Mil)				
RECEITA BRUTA	223.653	172.015	234.844	400.111
RECEITA LÍQUIDA	204.487	155.071	216.869	361.732
LAJIR	-61.813	-31.737	-72.941	36.347
LUCRO LÍQUIDO	-88.732	-114.424	90.213	-27.601
MARGEM BRUTA	14,0%	17,6%	9,7%	15,0%
MARGEM OPERACIONAL	-30,2%	-20,5%	-33,6%	10,0%
MARGEM LÍQUIDA	-43,4%	-73,8%	41,6%	-7,6%
FINANCEIROS - (R\$-Mil)				
CAPITAL DE TRABALHO	-82.318	-112.512	-152.257	75.843
ENDIVIDAMENTO TOTAL	434.638	526.160	719.152	793.546
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO	295.624	361.233	428.983	589.545
ENDIV. FINANCEIRO LONGO PRAZO	62,9%	30,6%	98,8%	86,2%
PATRIMONIAIS - (R\$-Mil)				
ATIVO TOTAL	347.625	207.871	795.928	904.332
ATIVO PERMANENTE	195.181	169.411	284.230	346.184
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-87.013	-318.289	76.776	110.786
RENTABILIDADE DO ATIVO	-18,0%	-11,4%	-12,8%	6,5%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO	-7901,3%	0,0%	0,0%	-36,0%
VARIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	-8,8%	-13,2%	45,6%	104,3%
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	0,17	0,08	1,47	1,46
ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA	0,07	0,04	1,35	1,06
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	0,35	0,07	0,71	0,70
DE ATIVIDADE - (Dias)				
GIRO DOS CLIENTES	21	19	21	52
GIROS DOS ESTOQUES	46	45	49	69
GIRO DOS FORNECEDORES	75	97	84	27
CICLO OPERACIONAL	-7	-32	-13	94

Indicadores do 3º trimestre de 2000



DESCRIÇÃO	Jan/99 à Set/99	Jan/00 à Set/00
-----------	-----------------	-----------------

ECONÔMICOS - (R\$-Mil)

RECEITA BRUTA	183.306	263.608
RECEITA LÍQUIDA	170.384	237.097
LAJIR	-68.235	-3.404
LUCRO LÍQUIDO	-280.790	564
MARGEM BRUTA	9,0%	10,5%
MARGEM OPERACIONAL	-40,0%	-1,4%
MARGEM LÍQUIDA	-164,8%	0,2%

FINANCEIROS - (R\$-Mil)

CAPITAL DE TRABALHO	-183.746	286.613
ENDIVIDAMENTO TOTAL	782.728	734.082
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO	549.136	511.351
ENDIV. FINANCEIRO LONGO PRAZO %	35,7%	86,5%

PATRIMONIAIS - (R\$-Mil)

ATIVO TOTAL	183.649	867.605
ATIVO PERMANENTE	145.489	346.449
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-599.079	133.523
RENTABILIDADE DO ATIVO	-26,7%	-0,4%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO	0,0%	0,7%
VARIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	-21,2%	21,9%
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE R\$	0,06	2,50
ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA R\$	0,03	2,13
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL R\$	0,05	0,71

DE ATIVIDADE - (Dias)

GIRO DOS CLIENTES Dias	14	33
GIROS DOS ESTOQUES Dias	32	68
GIRO DOS FORNECEDORES Dias	75	18
CICLO OPERACIONAL Dias	-28	82

Indicadores do 2º trimestre de 2000

DESCRIÇÃO	Jan/99 à Jun/99	Jan/00 à Jun/00
-----------	-----------------	-----------------



ECONÔMICOS - (R\$-Mil)

RECEITA BRUTA	139.150	144.715
RECEITA LÍQUIDA	130.502	130.515
LAJIR	-7.275	-5.830
LUCRO LÍQUIDO	-157.706	4.185
MARGEM BRUTA	9,1%	7,0%
MARGEM OPERACIONAL	-5,6%	-4,5%
MARGEM LÍQUIDA	-120,8%	3,2%

FINANCEIROS - (R\$-Mil)

CAPITAL DE TRABALHO	-128.779	304.778
ENDIVIDAMENTO TOTAL	678.237	754.578
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO	496.531	506.332
ENDIV. FINANCEIRO LONGO PRAZO	38,8%	85,0%

PATRIMONIAIS - (R\$-Mil)

ATIVO TOTAL	356.296	835.539
ATIVO PERMANENTE	171.347	304.795
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-321.941	80.961
RENTABILIDADE DO ATIVO	-2,1%	-0,7%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO	0,0%	5,5%
VARIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	-8,9%	7,2%
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	R\$ 0,07	2,36
ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA	R\$ 0,04	2,03
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	R\$ 0,27	0,70

DE ATIVIDADE - (Dias)

GIRO DOS CLIENTES	Dias	16	30
GIROS DOS ESTOQUES	Dias	27	82
GIRO DOS FORNECEDORES	Dias	60	55
CICLO OPERACIONAL	Dias	-17	58

Indicadores do 1º trimestre de 2000

DESCRIÇÃO	Jan/99 à Mar/99	Jan/00 à Mar/00
-----------	-----------------	-----------------



ECONÔMICOS - (R\$-Mil)

RECEITA BRUTA		92.667	58.529
RECEITA LÍQUIDA		88.468	53.005
LAJIR		-3.004	-6.755
LUCRO LÍQUIDO		-127.275	8.268
MARGEM BRUTA		8,1%	7,6%
MARGEM OPERACIONAL		-3,4%	-12,7%
MARGEM LÍQUIDA		-143,9%	15,6%

FINANCEIROS - (R\$-Mil)

CAPITAL DE TRABALHO		-120.083	-121.300
ENDIVIDAMENTO TOTAL		659.101	727.141
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO		479.599	453.063
ENDIV. FINANCEIRO LONGO PRAZO	%	37,4%	92,6%

PATRIMONIAIS - (R\$-Mil)

ATIVO TOTAL		367.590	812.185
ATIVO PERMANENTE		180.203	282.215
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-291.511	85.044
RENTABILIDADE DO ATIVO		-0,9%	-1,1%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO		0,0%	0,0%
VARIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE		-5,9%	56,6%
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	R\$	0,08	1,47
ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA	R\$	0,04	1,32
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	R\$	0,28	0,73

DE ATIVIDADE - (Dias)

GIRO DOS CLIENTES	Dias	10	32
GIROS DOS ESTOQUES	Dias	21	65
GIRO DOS FORNECEDORES	Dias	46	62
CICLO OPERACIONAL	Dias	-14	36



FATORES DE RISCO

O investimento em debêntures envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora como às próprias debêntures objeto da emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações descritas neste prospecto antes de tomar uma decisão de investimento nas debêntures.

Fatores Relativos à Economia Financeira

Endividamento Financeiro

O endividamento financeiro da Emissora, em 31 de dezembro de 2000, R\$ 83.219 mil esta assim composta:

N	Moeda	Valor em R\$	Taxa de juros	Indexado r	Pagto de juros	Parcelas	Final Carência	Vencimento Final
A	Dolar	23.464	Libor+1,0 % aa.	Dolar	Semestral	18	05/2003	11/2011
B	Dolar	2.211	Libor + 2,0 a 4,0 % aa.	Dolar	Semestral	11	10/2002	10/2011
C	Reais	34.751	INPC +6,0 % aa.	INPC	No final	1	10/2024	10/2024
D	Reais	22.793	TJLP+2,0 a 4,0%aa.	-	Semestral	11	11/2002	10/2007
Total		83.219						

Independente de ser em moeda estrangeira ou nacional o alto endividamento financeiro em relação ao seu patrimônio líquido, não somente da Emissora, como também o consolidado, deixa vulnerável a Companhia não só pelo custo do serviço da dívida bem como das amortizações.

Endividamento em Moeda Estrangeira

- Do total do endividamento financeiro, R\$ 25.675 mil, esta indexado a moeda estrangeira.
- Para a Emissora, que não exerce atividade operacional, o risco cambial é um fator importante uma vez que representa 31% do seu endividamento bancário e não possui nenhuma ativo vinculado a moeda estrangeira que possa lhe dar segurança.

Endividamento em Moeda Nacional

- O endividamento em moeda nacional esta vinculado ao indexador INPC e TJLP acrescidos de juros, o que significa riscos acima da inflação que é na realidade o grande fator de correção de preços dos produtos vendidos pela sua controlada.

Fatores Relativos a Garantia Real da 1ª Série da 3ª Emissão de Debêntures



- A garantia real das debêntures da 1ª série é parcial, concedida através da caução de 2.549.170.000.000 ações ordinárias de emissão da CCIA, equivalentes a 18,4711 % do capital votante e 18,4644 % do capital social, de titularidade da EMISSORA, ao valor de R\$ 0,01 por lote de mil ações, limitada ao valor de R\$ 25.491.700,00, tendo em vista o novo valor patrimonial apurado nas Demonstrações Financeiras da CCIA, na data de 31.12.2000 e 31.03.2001.

Fatores Relativos ao Mercado

Concorrentes

- Devido a crise que passou, a Emissora e sua empresa controlada, CCIA, fez com que a concorrência ocupasse parte de seu espaço e ficasse melhor aparelhada na sua parte produtiva e na consolidação do seu patrimônio, estando assim estes concorrentes melhor posicionados no mercado de produtos, bem como no mercado de capital.

Aspectos Sanitários, Epidêmicos e Climáticos

- A concentração de toda a atividade produtiva da sua controlada esta nos três estados do sul do país, em especial no estado de santa catarina o que deixa vulnerável não só em aspectos sanitários e epidêmicos bem como os climáticos uma vez que sua produção depende principalmente de 2 produtos vegetais (milho e soja) utilizados na criação de aves e suínos.

Fatores Macro Econômicos

- Os investimentos permanentes são basicamente de uma única empresa, CCIA, controlada da Emissora, industria de produtos suínos, aves e seus derivados, e atualmente de pouco valor agregado, representando assim produtos de consumo popular.
- A inflação, bem como a política salarial, são fatores que podem comprometer, as vendas e a rentabilidade dos produtos de sua controlada, a CCIA. A situação da Emissora, devido a isto, bem como os encargos de seu endividamento, isoladamente e consolidado, lhe deixa vulnerável, uma vez que estes encargos, além de sofrer a incidência de indexadores, nacionais e em moeda estrangeira, é acrescido de juros, cujo somatório ultrapassa aos níveis de inflação atuais e/ou projetados. Parte do seu endividamento esta indexado a moeda estrangeira que não somente sofre a influencia da inflação como também de aspectos econômicos nacionais e internacionais.
- Todos os aspectos macroeconômicos levam o País a taxas de crescimento superiores a média mundial, o que coloca a indústria brasileira e também a CHAPECÓ, com excelentes níveis de crescimento.
- As mudanças na parte fiscal do País, atuais e ainda por serem implementadas, tanto a nível federal como estadual, permitiram a volta a normalidade das empresas que estavam com passivos tributários pendentes (REFIS), não só quanto aos prazos, bem como aos juros e valores de amortização (1,20% do faturamento).



ATIVIDADES DA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ

Histórico

A SAIC foi fundada em 11 outubro de 1952, na cidade de Chapecó (SC), atuando no setor de suínos e, em 1974, em Xaxim (SC), passou a atuar também, no setor de aves. Ambos os setores sempre foram verticalizados: genética, agropecuária, abate, frigorificação e industrialização.

Em 1979, ocorreu a abertura do capital social da Companhia, passando suas ações a serem negociadas nas Bolsas de Valores do Brasil, com destaque na Bovespa.

A Companhia é a holding da CHAPECÓ, tendo como controladas as empresas Chapecó Companhia Industrial de Alimentos ("CCIA"), sociedade operativa e, a Chapecó Empreendimentos Ltda ("juntamente com a holding, denominadas "CHAPECÓ").

Expandindo suas atividades no setor de aves, em novembro de 1989, a CCIA adquiriu e incorporou o Frigorífico Amparo Ltda, localizado em Monte Alegre do Sul – SP.

Em agosto de 1994 entrou em operação o Núcleo de Genética e Multiplicação de Suínos, implementado no município de Ponte Serrada – SC, com o objetivo do aprimoramento genético de suínos, desenvolvendo animais de raças selecionadas, especialmente para proporcionarem maior teor de carne no abate, melhorando assim, cada vez mais, a qualidade de nossos produtos.

Em dezembro de 1995, foi adquirido e incorporado, um complexo industrial de aves pertencente à Diplomata Agroindustrial S.A., sediado em Cascavel – PR.

Foi concedida em agosto de 1996 a Certificação ISO 9002 para a Unidade de Melhoramento Genético de Suínos de Ponte Serrada - SC, sendo a primeira das Américas do seu gênero a obter o reconhecimento internacional.

A Emissora e as suas empresas controladas ("CHAPECÓ"), durante os anos de 1996 a 1999, atravessaram sérias dificuldades financeiras, devido a recessão do mercado e a falta de capital de giro.

Em março de 1997, buscando equacionar o seu débito financeiro e preparar a Companhia para a venda do controle acionário, foi efetuado um "Acordo de Credores e Outros Pactos" com as instituições financeiras, para redução e alongamento do passivo da Companhia, além de ter sido contratada uma assessoria especializada para atuar junto aos órgãos da administração.

Já em junho de 1998, as instituições credoras pactuaram com a empresa Alimbras S/A, a redução e alongamento do passivo financeiro da Companhia, mediante a transferência do controle acionário para o grupo argentino, Sociedade Macri.

Contudo, apesar do acordo estar pactuado, a demora da transferência do controle acionário, agravou ainda mais a situação da Companhia, pela falta de capital de giro e de crédito, acarretando uma queda de produção, de faturamento e atraso no pagamento de impostos, de funcionários e de fornecedores.

Tal situação levou a Chapecó Companhia Industrial de Alimentos ("CCIA), empresa operativa da CHAPECÓ, em 06 de outubro de 1998, a propor Concordata Preventiva Dilatória, visando salvaguardar a manutenção da CHAPECÓ.

Concordata Preventiva



A CCIA quitou seus compromissos e/ou renegociou todos os seus débitos lançados na Concordata, bem como com as instituições financeiras, sendo que o Poder Judiciário da Comarca de Chapecó – SC, através da 1ª Vara Cível, proferiu a sentença de encerramento da Concordata Preventiva em data de 06 de dezembro de 2000.

Mudança do Controle Acionário e Capitalizações

Em 1º de novembro de 1999, conforme Fato Relevante divulgado em 05 de novembro de 1999, nos Jornais Folha de São Paulo e Diário da Manhã de Chapecó - SC, a Alimbras S/A (“Alimbras”), sociedade brasileira pertencente ao grupo argentino Macri, adquiriu o controle acionário da SAIC.

A aquisição do controle da CHAPECÓ por Alimbras, insere-se em um longo processo de reestruturação e reorganização da dívida financeira da CHAPECÓ, cuja negociação junto às Instituições credoras foi levada a efeito por Alimbras com a colaboração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Com o ingresso da Alimbras o valor da dívida com as instituições credoras passou de US\$285,4 milhões para US\$137,48 milhões, alongando o prazo para 8, 12 e 25 anos, com taxas de juros de libor acrescida de 1 a 4%a.a., no decorrer dos anos. A diferença remanescente será objeto de capitalização pelos credores na CHAPECÓ.

Conforme está demonstrado na Evolução do Capital Social, apresentada mais adiante, a COMPANHIA recebeu quatro grandes capitalizações totalizando R\$ 171.040 mil, resultando na seguinte participação acionária:

A CCIA quitou seus compromissos e/ou renegociou todos os seus débitos lançados na Concordata, bem como com as instituições financeiras, sendo que o Poder Judiciário da Comarca de Chapecó – SC, através da 1ª Vara Cível, proferiu a sentença de encerramento da Concordata Preventiva em data de 06 de dezembro de 2000, conforme já acima mencionado.

Em 1º de novembro de 1999, houve a transferência do controle acionário para o Grupo Macri tendo então a CHAPECÓ, reduzido seu passivo financeiro de US\$285 milhões para US\$137 milhões, além de possibilitado um alongamento significativo em suas dívidas, variando entre 8, 12 e 25 anos, cujas formalizações estão em sua fase final.

Da mesma forma, ainda em 1999, ocorreram capitalizações na Companhia em R\$ 85,50 milhões (96% pelo Grupo Macri) e mais R\$54,04 milhões (96% pelo BNDES Participações S/A – BNDESPAR). No ano 2000, mais duas capitalizações de R\$ 30,5 milhões e R\$1,0 milhão.

Com as referidas capitalizações a CHAPECÓ retomou sua produção normal, aumentando seu faturamento e inclusive adquirindo a empresa Prenda S/A, hoje incorporada a CCIA. Ainda com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva a Companhia está construindo uma nova fábrica de mortadela e salsicha, em Chapecó – SC, com capacidade para 100 toneladas/dia de salsichas e 100 toneladas/dia de mortadelas, além de estar projetando a ampliação do abate na Unidade de Cascavel –PR para 5,7 milhões de cabeças frangos/mês e a edificação de uma fábrica de embutidos e empanados, uma fábrica de rações, um incubatório e diversas granjas, projeto este que deverá estar concluído até o final de 2005.

No que tange aos tributos, o Programa de Recuperação Fiscal do Governo Federal – REFIS, veio alongar a dívida com parcelamento a ser pago no percentual de 1,2% do faturamento do mês anterior, além de ser possível compensar todas as multas e juros dos débitos atrasados com o



prejuízo fiscal que a CHAPECÓ possui, reduzindo a conta de impostos de R\$94,9 milhões (dez/99) para R\$63,7 milhões (dez/2000), sendo R\$44,5 milhões correspondente ao REFIS e; a conta de Contingências de R\$82,8 milhões para R\$42,9 milhões.

Em 24 de maio de 2000, buscando agregar valor, a CCIA adquiriu o controle acionário da empresa Prenda S/A, que atua no setor de industrialização de produtos derivados de suínos e outros, a qual, em 28/06/00 foi incorporada à CCIA, objetivando a racionalização das atividades administrativas, comerciais e de produção.

Situação Atual

Atualmente, a CHAPECÓ possui cinco unidades produtivas, sendo duas de abate e industrialização de suínos, localizadas nas cidades de Chapecó – SC e Santa Rosa – RS e; três de abate e industrialização de aves, localizadas nas cidades de Xaxim – SC, Cascavel – PR e Amparo – SP. Dando suporte às unidades produtivas, a CHAPECÓ possui uma unidade de genética em Ponte Serrada – SC, dois incubatórios, três fábricas de rações, e, diversas granjas de produção e engorda de suínos e aves, localizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Além disto, utiliza-se de filiais próprias, pontos de venda e logística, para venda de seus produtos, as quais estão distribuídas em todo o país.



Negócios da S.A. Indústria e Comércio Chapecó

A SAIC tem por objetivo:

- (a)** a industrialização de produtos alimentares derivados de animais suínos, bovinos e outros que convier, inclusive os subprodutos e o respectivo comércio, por atacado e a varejo;
- (b)** a exploração agropecuária e agrária em geral, a fabricação de concentrados e rações balanceadas de todos os tipos e para todos os fins;
- (c)** a importação e a exportação;
- (d)** comércio em geral por atacado e/ou a varejo;
- (e)** representações;
- (f)** prestação de serviços; e
- (g)** a participação em outras sociedades de qualquer natureza.

Mercado de Atuação da S.A. Indústria e Comércio Chapecó

Segmento de Aves

Infra-estrutura Produtiva

Em Xaxim (SC), onde está instalada a unidade industrial de aves, a área construída é de 196,3 mil metros quadrados e a área de terras chega a 7,7 milhões de metros quadrados. Suas câmaras de congelados podem estocar 1.200 toneladas.

Possui, ainda, em Xaxim (SC), uma moderna fábrica de rações com capacidade de produção de 65 toneladas/hora; mais uma fábrica de rações, que pode produzir 10 toneladas por hora; um incubatório em Marechal Bormann, em Chapecó(SC), dois incubatórios onde são produzidos mensalmente 6.000.000 pintinhos. Os silos, ou armazéns, têm uma capacidade de estocar 27.600 toneladas de cereais e de 1.450 toneladas de farelo de soja.

Em Amparo (SP), onde está localizada outra unidade de industrialização de aves, a área construída é de 6,4 mil metros quadrados e a área total é de 206,7 mil metros quadrados.

A unidade de Cascavel (PR), possui uma área construída de 18,2 mil metros quadrados, sendo que sua área de terras é de 541,8 mil metros quadrados.

Produtividade



Um fator importante que contribui para maximizar o retorno econômico no segmento de atuação da CHAPECÓ é o rendimento da carcaça de frango.

A CHAPECÓ sempre dispensou atenção especial em seu segmento de atuação, com o objetivo de obter matéria-prima de melhor qualidade e com menor custo. Isto tem sido possível face as pesquisas que são constantes, visando ao melhoramento genético para obter melhor rendimento da carcaça e eficiência na relação peso x consumo de ração.

A seguir está demonstrado o desempenho da produção de frangos:

	1996	1997	1998	1999	2000
Idade média de abate (dias)	43,52	40,56	42,88	40,17	39,95
Ganho de peso diário (gramas)	46,83	45,87	45,97	47,8	47,3
Conversão alimentar (consumo de ração - Kg por Kg de carne)	1,99	1,98	2,00	1,939	1,885
Peso médio de aves abatidas (kg)	2,04	1,86	1,97	1,920	1,907

Obs.: Até 1998 média mês. A partir de 1999, média período.

Capacidade Instalada X Utilizada

C.C.I.A. - Unidade Amparo

Ano	unid.med.	1996	1997	1998	1999	2000
Abate de Aves	mil cab/mês					
Cap. Instalada		1.200	1.200	1.200	1.200	1.200
% utilizado		98,7	84,5	-	-	94,01
Alojamento Aves Terminação	mil cab/ano					
Cap. Instalada		17.600	14.400	14.400	14.400	7.742
% utilizado		91,5	93,0	-	-	90,0

C.C.I.A. - Unidade Cascavel

Ano	unid.med.	1996	1997	1998	1999	2000
Abate de Aves	mil cab/mês					
Cap. Instalada		2.200	2.200	2.200	2.200	2.400
% utilizado		98,7	47,3	-	-	57,7
Alojamento Aves Terminação	mil cab/ano					
Cap. Instalada		28.910	26.400	26.400	26.400	26.160
% utilizado		95,0	77,0	-	-	94,3

C.C.I.A. - Unidade Xaxim

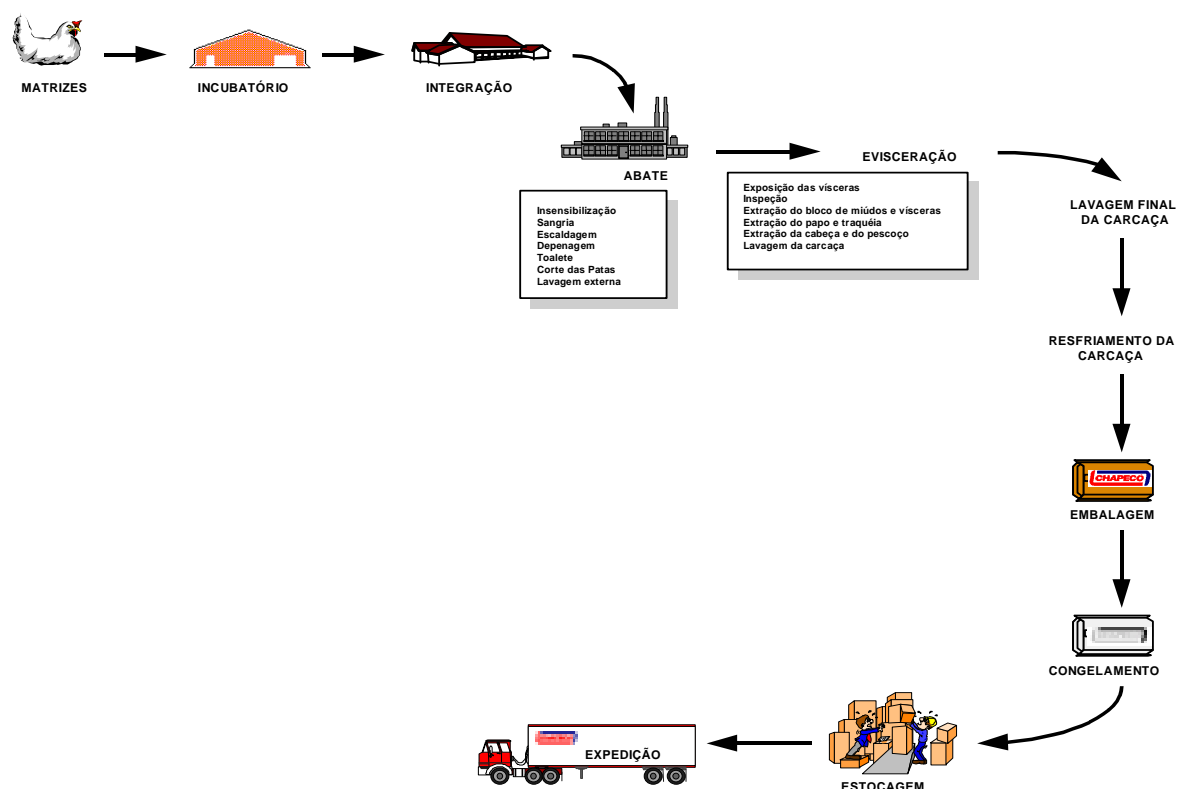
Ano	unid.med.	1996	1997	1998	1999	2000
Abate de Aves	mil cab/mês					
Cap. Instalada		5.500	5.500	5.500	5.500	5.500
% utilizado		89,0	73,4	54,4	59,4	92,6
Rações e Concentrados	ton/hora					
Cap. Instalada	(Turno 16 hs)	60	60	60	60	60
% utilizado		98,8	49,0	40,3	40,4	57,0
Pintos de um Dia	mil cab/ano					
Cap. Instalada		79.760	79.760	72.000	72.000	72.000
% utilizado		92,6	85,2	78,9	94,2	99,8
Alojamento Aves Matrizes	mil cab/mês					
Cap. instalada		1.140	1.165	1.160	1.181	1.173
% utilizado		89,4	83,1	79,0	72,4	82,0
Alojamento Aves Terminação	mil cab/ano					
Cap. instalada		66.550	67.200	67.200	67.200	77.460
% utilizado		94,4	99,0	52,6	96,6	96,0

Processo de Produção

O processo de produção do frango congelado é extenso e apresenta pequenas diferenças se o destino da produção for o mercado interno ou externo. Como as diferenças não são fundamentais,

dizendo respeito ao corte do abdômen, peso, embalagem e congelamento do produto, apresentamos, a seguir, uma síntese do fluxo de produção sem qualquer menção às diferenças.

FLUXO DE PRODUÇÃO – FRANGOS



A preparação do aviário, onde serão criadas as matrizes de um dia, requer a retirada de adubo (cama de aviário velha) do lote anterior, e em seguida uma lavagem, caiação e desinfecção do ambiente. Posteriormente, é colocada maravalha nova isenta de agentes contaminantes e faz-se a distribuição dos equipamentos no interior do aviário.

A fase de cria dura de 0 a 4 semanas, iniciando-se com o recebimento da matriz de um dia. Nesse período realiza-se a vacinação via ocular e via água, corte do bico, separação das aves por faixa de peso e distribuição da ração.

Logo após esta fase, vem a fase de recria, entre 5 e 23 semanas, onde ainda é realizada vacinação, seleção, pesagem, distribuição de ração e acasalamento.

A fase de produção compreende da 24^a a 66^a semana, quando se realiza a coleta e desinfecção dos ovos, descarte das matrizes improdutivas e vacinação. Após esta fase, é feita a expedição dos ovos para os incubatórios, onde é feita a classificação dos ovos. Os ovos viáveis à incubação permanecem alojados em bandejas plásticas alveoladas, durante um período médio de 3 dias em ambiente com temperatura e umidade próprias.

Depois da fase de incubação, que dura em torno de 19 dias, os ovos são transferidos para câmaras de eclosão, permanecendo por 2 dias. Em seguida é realizado o processamento de pintos, onde é feita a separação dos defeituosos, vacinação e monitoria profilática, sendo transferidos para os aviários dos produtores integrados. Já nos primeiros dias de idade das aves, inicia um processo rotineiro de visita de técnicos e veterinários, efetuando toda a orientação para as diferentes fases da criação até o abate. A fase



de terminação da ave nos aviários dos integrados dura de 40 a 48 dias, dependendo do peso da ave necessário ao atendimento dos diversos mercados.

O processo de produção do frango inicia com o mesmo dependurado de cabeça para baixo, de forma a facilitar as operações de abate. Em seguida, ele é imobilizado ao passar com a cabeça num recipiente que contém água eletrificada. Posteriormente, é realizada a sangria. Uma vez abatido, o frango passa pelo tanque de escaldagem (com água na temperatura entre 58 a 65 graus centígrados) e, em seguida, pelas depenadeiras automáticas. Na seqüência passa por uma toailete onde são retiradas as penas remanescentes.

Após o banho, muda-se a posição do frango que, agora, fica dependurado pela cabeça. Suas patas são escaldadas e as unhas extraídas.

Concluída a fase do abate, o frango passa por um chuveiro de água fria e lavagem externa das carcaças.

A evisceração tem início com a extração da cloaca e corte do abdômen para exposição das vísceras. Após esta operação, o S.I.F. - Serviço de Inspeção Federal - faz uma rigorosa vistoria para verificar se o frango está em condições para consumo. Quando considerado impróprio, é transportado para a seção de aproveitamento de resíduos.

Após a inspeção, são extraídos os miúdos (moela, fígado e coração) e as vísceras não comestíveis. Os miúdos são transportados para a seção de resfriamento, e posteriormente são reintroduzidos nas carcaças ou são embalados e vendidos.

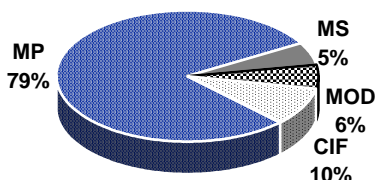
A evisceração termina com a lavagem automática da carcaça (túnel de lavagem), após a extração do papo, traquéia, pulmão, cabeça e pescoço do frango. Após esse processo os frangos são desenganchados automaticamente e caem no lavador mecânico de carcaças. Esta lavagem final tem por finalidade eliminar todo e qualquer resíduo do abate e da evisceração que possa vir a prejudicar a qualidade do produto. Em seguida, o frango é encaminhado para o resfriador de carcaças.

O resfriador tem como finalidade auxiliar o congelamento posterior da carcaça, e é realizado através da aplicação de um choque térmico (água e gelo na temperatura de 3 a 5 graus). Em seguida, o frango é encaminhado para a embalagem.

A embalagem é executada após a reintrodução dos miúdos (se for o caso) e do frango ter passado pelo controle de qualidade final. A pesagem (balança seletiva) alimenta as mesas de embalagem. Após a colocação dos miúdos, os frangos são novamente pesados.

Embalado, o frango é encaminhado para o congelamento e, em seguida, para a estocagem nas câmaras frias. No congelamento, o frango é submetido a uma temperatura de 40 graus negativos, com a finalidade de conservar a qualidade do produto. Congelado e mantido em câmaras frias, o produto está pronto para expedição.

Custo de Produção



Custo de Produção

Ano	Ano 2000
Matéria-prima.....	79%
Mão-de-obra direta	6%
Materiais Secundários	5%
Custos Indiretos de Fabricação	10%
TOTAL	100,0%

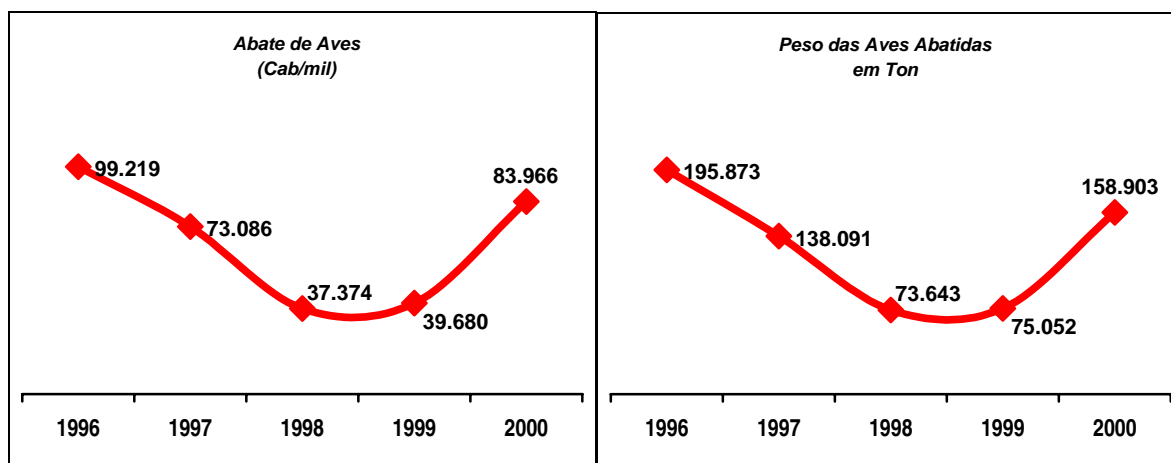
Abate

Empresa/Ano	unid.med	1996	1997	1998	1999	2000





C.C.I.A. - Xaxim						
- Cabeças Abatidas	unid. mil	58.737	48.433	35.887	39.211	61.094
- Peso aves vivas	ton	112.296	88.796	70.726	75.052	116.164
C.C.I.A. - Amparo						
- Cabeças Abatidas	unid. mil	14.413	12.165	733	-	9.025
- Peso aves vivas	ton	30.616	25.227	1.467	-	21.428
C.C.I.A. - Cascavel						
- Cabeças Abatidas	unid. Mil	26.069	12.488	754	469	13.847
- Peso aves vivas	ton	52.961	24.068	1.450	807	21.311



Matérias-primas e Fornecedores

No tocante à matéria-prima, frango, destaca-se que a CHAPECÓ não enfrenta problemas, já que opera dentro do sistema integrado de produção de aves, onde o criador é proprietário das instalações físicas dos aviários e responsável pela mão-de-obra.

A CHAPECÓ proporciona aos integrados o fornecimento de pintos de um dia, ração, medicamento e assistência técnica, garantindo, assim, o suprimento de matéria-prima necessária da melhor qualidade. Este sistema integrado de criação de aves para o abate responde por 100% das necessidades.

Os insumos básicos para a produção de rações, como milho e farelo de soja, são adquiridos no mercado, de produtores, cooperativas, CFP e outras empresas do ramo, não existindo dependência no fornecimento dessas matérias-primas ou quaisquer outras.

Em dezembro de 2000, o sistema de integração contava com 1.172 integrados, com um total de 1.340 aviários, com capacidade de alojamento de 14.704 mil cabeças. Tanto os ovos destinados à incubação quanto os pintos de um dia são produzidos pela própria empresa, podendo, se necessário, ser adquiridos de 3^{os}.

Mercado

A avicultura ocupa posição de destaque no agribusiness brasileiro, tanto por sua eficiência produtiva quanto pela presença no mercado mundial.



A CHAPECÓ, assim como outras empresas do setor, se modernizou tecnologicamente, tanto na área de processo como nas fontes de matérias-primas, tornando-se altamente competitiva, inclusive, internacionalmente. Tudo isso contribui para a agilização do processo de produção e redução de custos, ou seja, produção em tempo menor e possibilidade de oferecer produtos de boa qualidade e a preços mais competitivos e acessíveis à população.

O mercado internacional vem manifestando crescente interesse pelos nossos produtos, inclusive alargando-se pela incorporação de consumidores mais sofisticados e exigentes como na Europa e Ásia (são produtos com maior valor agregado).

Produção Mundial

A produção mundial de carne de frango cresceu cerca de 2,8 % em 2000, atingindo 58,0 milhões de toneladas, contra 56,5 milhões de toneladas em 1999. Os Estados Unidos é o maior produtor (28,3% da produção mundial), seguidos pela China (19,6%), União Européia (12,7%) e Brasil (10,3%).

País	1999		2000*	
	Qtde.	%	Qtde.	%
EUA	15.990	28.3%	16.422	28.3%
China	11.150	19.7%	11.350	19.6%
União Européia	7.386	13.1%	7.358	12.7%
Brasil	5.641	9.9%	5.987	10.3%
México	1.922	3.4%	2.036	3.5%
Japão	1.189	2.1%	1.170	2.0%
Outros	13.226	23.5%	13.687	23.6%
Total	56.504	100,0%	58.010	100,0%

* Preliminar

Fonte: USDA - Relatório Out/2000

Exportação Mundial

Em 2000, o mercado mundial de exportação de carne de frango atingiu um crescimento de 4,5% em relação a 1999. Foram exportados cerca de 6,3 milhões de toneladas em 2000, segundo dados preliminares do USDA.

O Brasil obteve o segundo lugar nas exportações mundiais, com 900 mil toneladas exportadas. Estima-se que o Brasil deverá exportar cerca de 986 mil toneladas, em 2001, o que deve gerar um crescimento de 9,6% sobre o volume registrado em 2000. A venda de produtos aves para o exterior envolve em torno de 15% da produção nacional.

País	1999		2000*	
	Qtde.	%	Qtde.	%
EUA	2.582	42.5%	2.716	42.8%
Brasil	794	13.3%	900	14.2%
U. Européia	875	14.4%	833	13.1%
China	345	5.7%	395	6.2%
Hong Kong	780	12.8%	800	12.6%



Tailândia	278	4.6%	273	4.3%
Outros	420	6.7%	432	6.8%
Total	6.074	100.0%	6.349	100.0%

* Preliminar - Fonte: USDA - Relatório Out/2000

Consumo Per Capita

A produção de aves no Brasil mais que decuplicou desde o início da década de 70 e o consumo per capita passou de 4 Kg por habitante/ano para 29 Kg em 2000. O consumo per capita de frango no Brasil é comparável aos dos países do primeiro mundo. Tal fato, deve-se, fundamentalmente, ao preço competitivo do frango frente aos produtos substitutos, principalmente a carne bovina.

Países/Período	1998	1999	2000*
EUA	46,7	49,1	49,8
Hong Kong	59,0	57,8	56,7
Coveite	40,8	41,7	41,1
Emirados Árabes	34,3	40,5	40,2
Arábia Saudita	35,4	35,1	34,3
Taiwan	33,6	33,0	34,0
Argentina	25,5	25,6	24,9
Brasil	23,5	27,3	29,3

* Preliminar

Fonte: USDA - Relatório Out/2000

Produção Brasileira

A produção de carne de frango no Brasil foi a seguinte:

Merc./Período	1996	1997	1998	1999	2000*
Mercado Interno	3.562	3.897	3.996	4.847	5.087
Mercado Externo	582	665	631	794	900
Total	4.144	4.562	4.627	5.641	5.987

* Preliminar

Fonte: ABEF (Assoc. Bras. Produtores e Exportadores Frango).
USDA - Relatório Out/2000

Principais destinos das exportações brasileiras

Os principais países importadores de carne de frango do Brasil, são os seguintes:

Cortes de Frango

Países/Período	1996	1997	1998	1999	2000*
Japão	42,5	32,5	28,2	27,8	25,7
Hong Kong	18,7	25,1	27,6	27,0	25,2
Alemanha	8,1	7,2	6,5	5,4	6,7

(% em relação a quantidade Exportada)



Outros	30,7	35,2	37,7	39,9	42,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,00	100,00

Fonte: ABEF (Assoc. Bras. dos Produtores e Exportadores de Frango).

Frango Inteiro

(% em relação a quantidade Exportada)

Países/Período	1996	1997	1998	1999	2000*
Arábia Saudita	52,1	47,8	43,9	49,2	41,8
Argentina	7,3	10,9	15,2	10,8	7,6
Kuwait	-	-	5,9	8,2	7,9
Emirados Árabes	5,1	6,9	5,9	5,1	5,4
Outros	35,5	34,4	35,0	35,0	37,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ABEF (Assoc. Bras. dos Produtores e Exportadores de Frango).

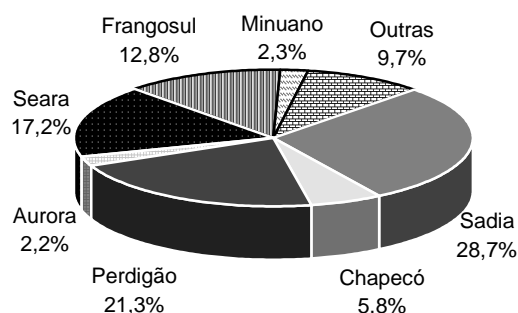
Participação nas Exportações de Frangos

(% em relação a quantidade Exportada)

Empresa/Período	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Sadia/Rezende	29,1	26,7	25,7	30,0	30,1	28,7
Perdigão/Batavo	23,4	22,0	25,2	25,6	25,2	21,3
Seara	16,2	19,9	20,4	18,4	17,0	17,2
Frangosul	10,6	10,8	11,8	12,0	10,9	12,8
CHAPECÓ	9,0	9,3	4,6	1,3	1,9	5,8
Minuano	-	3,8	3,0	3,4	2,9	2,3
Aurora	-	1,0	1,2	2,4	1,9	2,2
Outras	11,7	6,5	8,1	6,9	10,1	9,7

Fonte: ABEF (Assoc. Bras. dos Produtores e Exportadores de Frango).

Participação nas Exportações



Segmento de Suínos

Infra-estrutura Produtiva

A unidade industrial de Chapecó (SC), comporta setores como pocilgas, abates, espostejamento (desossa), presuntaria, salsicharia, salga e defumação, embalagem, refinaria e graxaria, túneis e câmaras frias, expedição, sala de máquinas e manutenção.

Na cidade de Chapecó – SC, onde se situa a matriz da CCIA, a área é de 11,0 milhões de metros quadrados, sendo que a área construída é de 109,3 mil metros quadrados, compreendendo os



variados setores da empresa, como fábrica de produtos suínos, refeitório, administração, transporte, granjas e reflorestamentos.

Em 24 de maio de 2000, buscando agregar valor, a CHAPECÓ adquiriu o controle acionário da empresa Prenda S/A, localizada em Santa Rosa – RS, que atua no setor de industrialização de produtos derivados de suínos e outros. Possui uma unidade abatedoura e produtora de carnes, com 31.330 m² de área construída.

Em 28/06/00 a Prenda S/A foi incorporada à CCIA, objetivando a racionalização das atividades administrativas, comerciais e de produção.

Produtividade

A seguir, são apresentadas as informações relativas ao desempenho da produção de suínos nas unidades de terminação:

	1996	1997	1998	1999	2000
Ganho de peso diário (gramas)	710	705	515	592	558
Conversão alimentar (consumo de ração - Kg por Kg de carne)	3,04	3,15	3,90	3,74	3,77
Condenações (%)	0,60	0,61	0,60	0,62	0,71

Obs.: Média Mês

A partir de 1998, os dados são referentes a carcaça (CA e GPD).

Capacidade Instalada x Utilizada

C.C.I.A. - Unidade Chapecó

Empresa/Ano	unid.med.	1996	1997	1998	1999	2000
Abate de Suínos	mil cab/mês					
Cap. Instalada		60	60	60	60	60
% utilizado		90,1	32,8	20,8	16,5	58,9

C.C.I.A. - Unidade Santa Rosa

Empresa/Ano	Unid.med.	1996	1997	1998	1999	2000
Abate de Suínos	Mil cab/mês					
Cap. Instalada		-	-	-	-	50
% utilizado		-	-	-	-	87,4

Processo de Produção

A CHAPECÓ recebe em seu Núcleo de Genética os bisavós da Linha Fêmea, que serão cruzados e produzirão os avós da Linha Fêmea e estas irão produzir as fêmeas comerciais (F-1). Recebe também, os avós da Linha Macho, que serão cruzados e produzirão os machos comerciais (híbrido). O ciclo para a produção da fêmea F-1 é de aproximadamente 600 dias e do macho híbrido de 300 dias. As fêmeas F-1 e o macho híbrido são vendidos às Unidades Produtoras de Leitões (UPLs).

O integrado da UPL recebe as fêmeas com um peso de aproximadamente 100 Kg. Em 150 dias são gerados os leitões, que em 60 dias atingirão 25 kg, momento em que serão repassados às unidades de terminação, onde permanecerão por aproximadamente 100 dias, até atingirem o peso ideal de abate.



O produtor Ciclo Total recebe a fêmea com 100 Kg, produz o leitão em 210 dias (150 dias para produção e 60 dias de creche) e termina na própria propriedade.

O processo de produção e da industrialização da carne suína é extenso e complexo, sendo formado por vários processos menores, de acordo com o produto que se deseja industrializar.

O processo de produção inicia com o recebimento dos suínos. Os animais são identificados conforme sua origem e separados para permanecerem em descanso por um período que varia de 4 a 6 horas.

Após o período de descanso, os animais são lavados e depois conduzidos ao abate. São atordoados através de choque elétrico e depois sangrados.

O suíno já sangrado então entra no túnel de escaldagem onde recebe água e vapor quente para facilitar o processo de depilação. Em seguida, passa pela depilação mecânica, recebe uma toaleta através de chamoscamento e limpeza manual com faca dos pêlos que permaneceram na carcaça. Esta fase é finalizada com um banho para eliminar os resíduos de pêlos de carcaça.

Em seguida os suínos são eviscerados (retirada de órgãos como: cabeça, pés dianteiros, coração, fígado, etc.), sendo os órgãos examinados pela Inspeção Federal para detectar qualquer doença prejudicial ao homem.

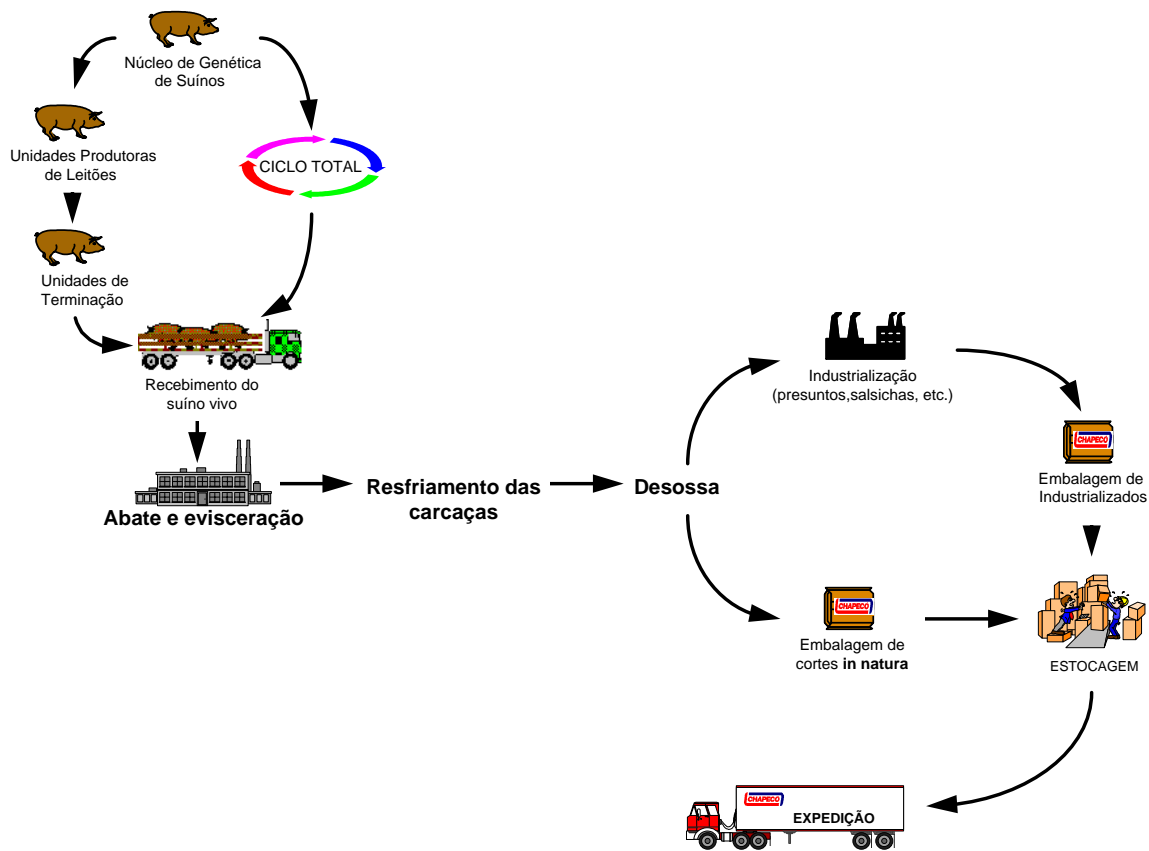
A carcaça continua seu processo, sendo dividida em duas meias carcaças e, sendo em seguida inspecionada pela Inspeção Federal para eliminar aquelas que apresentem problemas nocivos ao ser humano.

A carcaça liberada pela Inspeção Federal recebe um toaleta final e é classificada de acordo com o seu peso e o percentual de carne que apresenta. Em seguida é destinada as câmaras de resfriamento, permanecendo por 16 a 17 horas, atingindo temperatura interna em torno de 7° C, temperatura que visa evitar o crescimento bacteriano e garantir a qualidade do produto final.

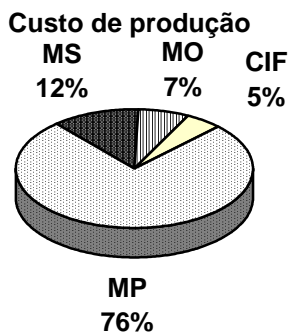
Após o resfriamento, as carcaças são encaminhadas para o espostejamento onde são divididas em quatro grandes cortes: pernil, paleta, carré e barriga. Esses quatro cortes são transportados até a desossa onde são separados de acordo com o processo de produção de cada produto.

Da desossa, os cortes podem ser destinados para a industrialização, onde são feitos os produtos embutidos, ou podem ser enviados para a embalagem de cortes "in natura".

FLUXO DE PRODUÇÃO - SUÍNOS



Custo de Produção



Ano	Ano 2000
Matéria prima	76%
Materiais Secundários.....	12%
Mão-de-obra	7%
Custos indiretos de fabricação.....	5%
Total	100%

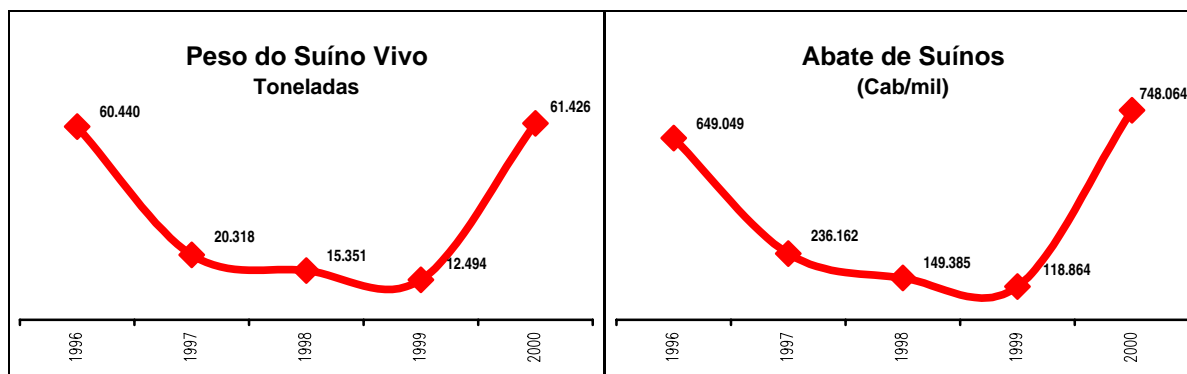


Abate

Nos últimos anos as quantidades e os pesos dos suínos abatidos foram:

Discriminação/Período		1996	1997	1998	1999	2000
C.C.I.A. - Chapecó						
- Cabeças Abatidas	unid.	649.049	236.162	149.385	118.864	424.091
- Peso suíno vivo	ton	60.440	20.318	15.351	12.494	35.871
- Carcaças suínos 3 ^{os}	ton	-	5.971	14.838	16.613	5.794

Discriminação/Período		1996	1997	1998	1999	2000
C.C.I.A. – Santa Rosa						
- Cabeças Abatidas	unid.	-	-	-	-	323.973
- Peso suíno vivo	ton	-	-	-	-	25.554



Matérias-primas e Fornecedores

No caso do suíno, visando garantir a matéria-prima necessária ao abate, a CHAPECÓ conta com os seguintes tipos de fornecedores:

- Integração Direta;
- Integração Via Comerciante;
- Fornecedores Integrados Parcerias;
- Fornecedores não integrados.

A integração direta caracteriza-se pelo relacionamento técnico e comercial entre a CHAPECÓ e o criador. A CHAPECÓ recebe os suínos e paga ao criador o preço de mercado.

Em dezembro/2000 este sistema contava com 154 integrados, com capacidade de alojamento de 12.122 matrizes.

A integração via comerciante caracteriza-se pela existência de intermediador (comerciante) entre a CHAPECÓ e o criador. Da mesma forma, os suínos são adquiridos pelo comerciante e entregues à CHAPECÓ.

Neste regime de integração, a CHAPECÓ presta assistência técnica diretamente ao criador através dos técnicos do fomento.

Os fornecedores integrados parcerias, conforme tipo de produção, podem ser divididos em três categorias:



- Unidades produtoras de leitões (UPL's)
- Unidades terminadoras de terceiros (UT's)

O relacionamento entre os proprietários de UPL's e a CHAPECÓ é direto, ou seja, os criadores recebem assistência técnica, diretamente. O criador vende os leitões com peso de 18 a 30 kg à CHAPECÓ. Em dezembro/2000, esse sistema contava com 60 integrados, com capacidade de alojamento de 6.596 fêmeas.

As unidades terminadoras de leitões são criações nas quais os produtores recebem os leitões de 18 a 30 kg, ração, medicamentos e assistência técnica da CHAPECÓ. O criador tem a obrigação de entregar os suínos para abate na data estabelecida pela CHAPECÓ.

A sua remuneração depende dos resultados técnicos obtidos com o lote que está entregando para o abate.

As unidades terminadoras recebem leitões adquiridos junto às UPL's e os engordam até que fiquem em condições de serem encaminhados para o abate.

Em dezembro/2000 este sistema de parceira contava com 145 fornecedores, com capacidade de alojamento de 56.636 suínos.

Os criadores não integrados não mantêm qualquer vínculo com a CHAPECÓ. Adquirem os insumos (rações e medicamentos) junto aos fornecedores e vendem sua produção a quem fizer melhor oferta.

A participação na aquisição do suíno vivo por tipo de fornecedor apresenta o seguinte comportamento:

Tipo Fornec./Período	1996	1997	1998	1999	2000
Integração direta	40%	35%	31%	14%	24%
Integração via comerciante	10%	20%	8%	2%	9%
Fornec. Integr. Parcerias	50%	40%	60%	19%	23%
Fornecedor não integrado	0%	5%	1%	75%	44%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

As matérias-primas são provenientes dos três Estados do Sul do País, apresentando os seguintes percentuais de participação no total de suínos vivos adquiridos:

Estados/Período	1996	1997	1998	1999	2000
Santa Catarina	86%	90%	90%	96%	100%
Rio Grande do Sul	13%	10%	10%	4%	0%
Paraná	1%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100,0%	100,0%

Mercado

A carne suína é a de maior produção e consumo mundial.

No ano de 2000, o mundo consumiu em torno de 81 milhões de toneladas de carne suína. Os países asiáticos foram os maiores consumidores, com cerca de 42 milhões de toneladas, ou seja, mais de 52% do total consumido no mundo.

A carne suína continua sendo a proteína animal mais consumida no mundo e as perspectivas de crescimento desta atividade no Brasil são muito boas. O potencial do mercado externo aliado a capacitação do Brasil na produção torna boas as expectativas quanto a um aumento da participação brasileira no mercado internacional.



As diferenças das características da carne suína não são tão grandes com relação às demais, no entanto, no País é consumida em grande parte já industrializada ou semi-processada, diferentemente das outras duas mais tradicionais - carne bovina e de aves, consumidas in-natura.

Comumente, a carne suína não é considerada como uma fonte diária de proteína animal, mas sim, como uma alternativa em função da entressafra e principalmente para ocasiões, como festas de fim de ano e pratos típicos (feijoada). Daí, o segundo semestre mostrar-se mais favorável para a comercialização destes produtos.

Embora seja uma fonte alternativa de proteína animal, o consumo se concentra basicamente na Região Sul e Sudeste do País. A Região Sul responde, atualmente por 51% da produção de carne suína do país.

Produção Mundial

A China mantém-se, com folga, como o maior produtor de carne suína do mundo. Sua produção destina-se quase que exclusivamente para o consumo interno.

	1999	%	2000*	%
	(Ton/mil)			
China	40.056	49,3	41.600	50,4
União Européia	17.833	21,9	17.571	21,3
EUA	8.758	10,8	8.572	10,4
Brasil	1.835	2,3	1.950	2,4
Polônia	1.730	2,1	1.610	2,0
Canadá	1.562	1,9	1.675	2,0
Outros	9.466	11,7	9.452	11,5
TOTAL	81.240	100,0	82.430	100,0

* Preliminar

Fonte: USDA - Relatório Out/2000

Exportação Mundial

A maior fatia das exportações está nas mãos de países como os Estados Unidos, a Dinamarca e Canadá, que em conjunto, representam cerca de 62% das exportações mundiais.

País/Período	1999	%	2000*	%
	(ton/mil)			
U. Européia	1.368	41,5	1.141	37,7
Canadá	631	19,2	750	24,8
EUA	583	17,7	569	18,8
Polônia	215	6,5	150	5,0
China	119	3,6	110	3,6
Outros	377	11,5	305	10,1
TOTAL	3.293	100,0%	3.025	100,0%

* Preliminar/Fonte: USDA – Relatório Out/2000

Consumo Per Capita

	1998	1999	2000*
	(ton/mil)		
Dinamarca	71,5	78,0	77,2
Espanha	60,3	63,7	64,2
Tchecoslováquia	66,4	65,7	60,6



Áustria	59,5	57,8	57,8
Alemanha	55,9	57,4	57,3
Hong Kong	55,0	54,9	55,3
EUA	30,7	31,5	30,7
Brasil	9,7	10,5	11,0

* Preliminar

Fonte: USDA – Relatório Out/2000

Produção Brasileira

A produção nacional de carne suína em 2000 apresentou um crescimento em torno de 7,9% sobre o ano anterior, passando de 1,70 milhões de toneladas para 1,83 milhões de toneladas. O consumo per capita de carne suína em 2000 foi de cerca de 11,0 quilos/habitante.

A produção de carne suína no Brasil foi a seguinte:

Mercado/Período	1998	1999	2000*
Mercado Interno	1.624	1.749	1.850
Mercado Externo	75	85	100
TOTAL	1.699	1.834	1.950

* Preliminar

Fonte: USDA - Relatório Out/2000.

Principais Destinos das Exportações Brasileiras

As exportações de produtos suínos são principalmente de copa/lombo, carré, pernil e paleta. A venda de produtos suínos para o exterior envolve apenas 5% da produção interna. O grande volume de oferta de carne suína terá que continuar sendo escoado no mercado interno.

Na área internacional, o Brasil atua, principalmente, nos mercados Hong Kong e Argentina, que compram quase 70% da carne produzida no País.

País	1998	1999	2000*
Hong Kong	46,4%	44,8%	39,5%
Argentina	43,2%	40,0%	30,5%
Rússia	0	0	14,4%
Outros	10,4%	15,20%	15,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ABIPECS (Assoc. Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína)

Participação nas Exportações

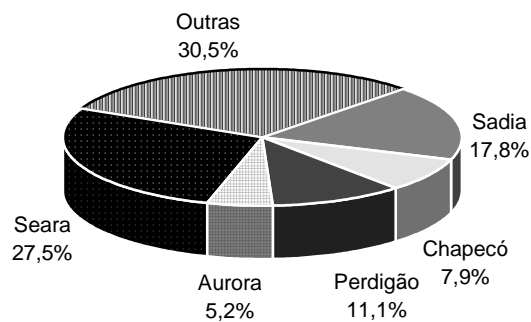
Empresa	1997	1998	1999	2000
Seara	29,2%	33,3%	30,1%	27,5%
Sadia	19,9%	12,9%	12,1%	17,8%
Perdigão	12,6%	13,9%	14,1%	11,1%
CHAPECÓ + Prenda	1,6%	1,2%	0,6%	7,9%



Aurora	6,3%	7,3%	5,5%	5,2%
Outras	30,4%	31,4%	37,6%	30,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ABIPECS (Assoc. Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína)

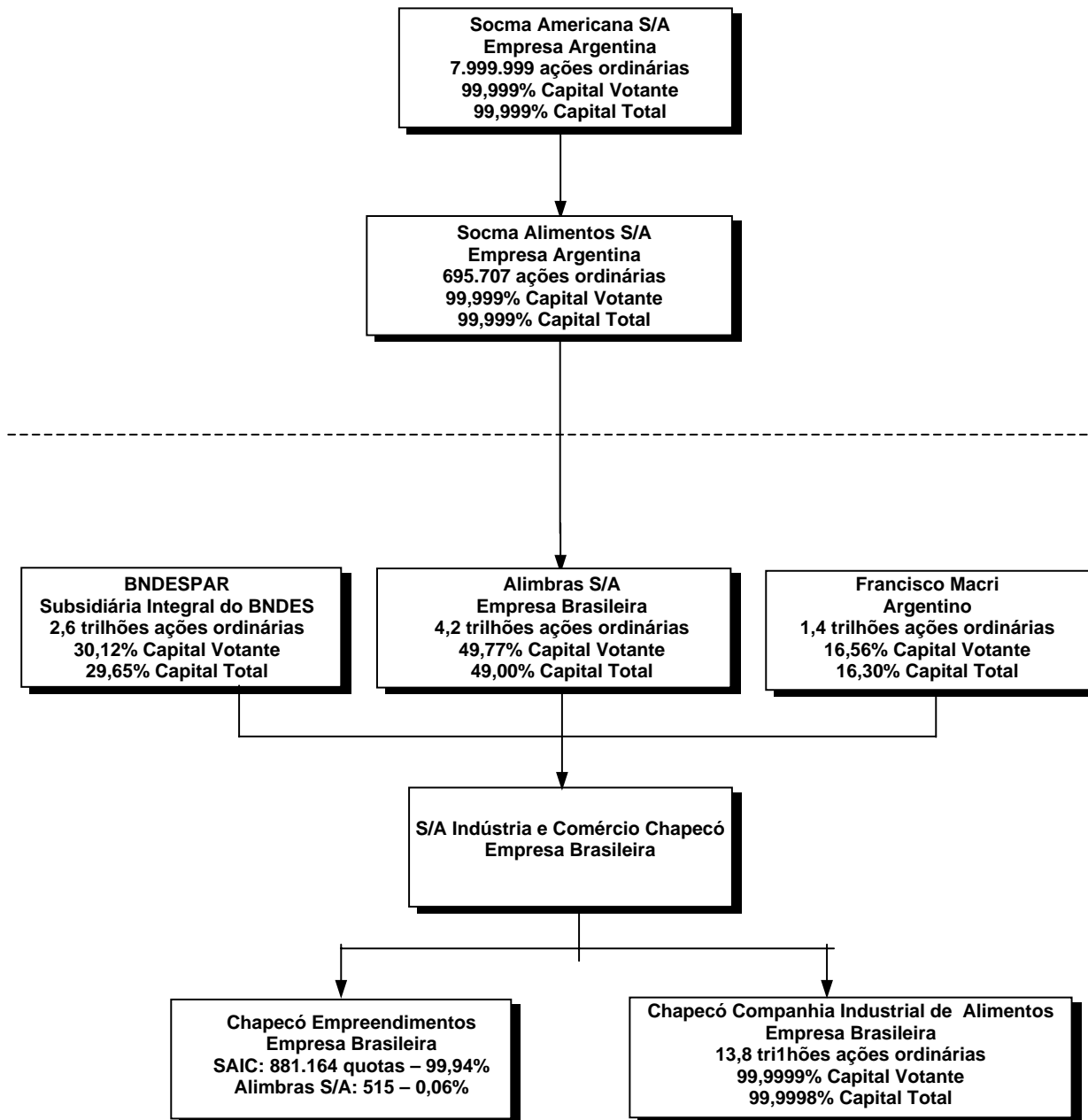
Participação nas Exportações



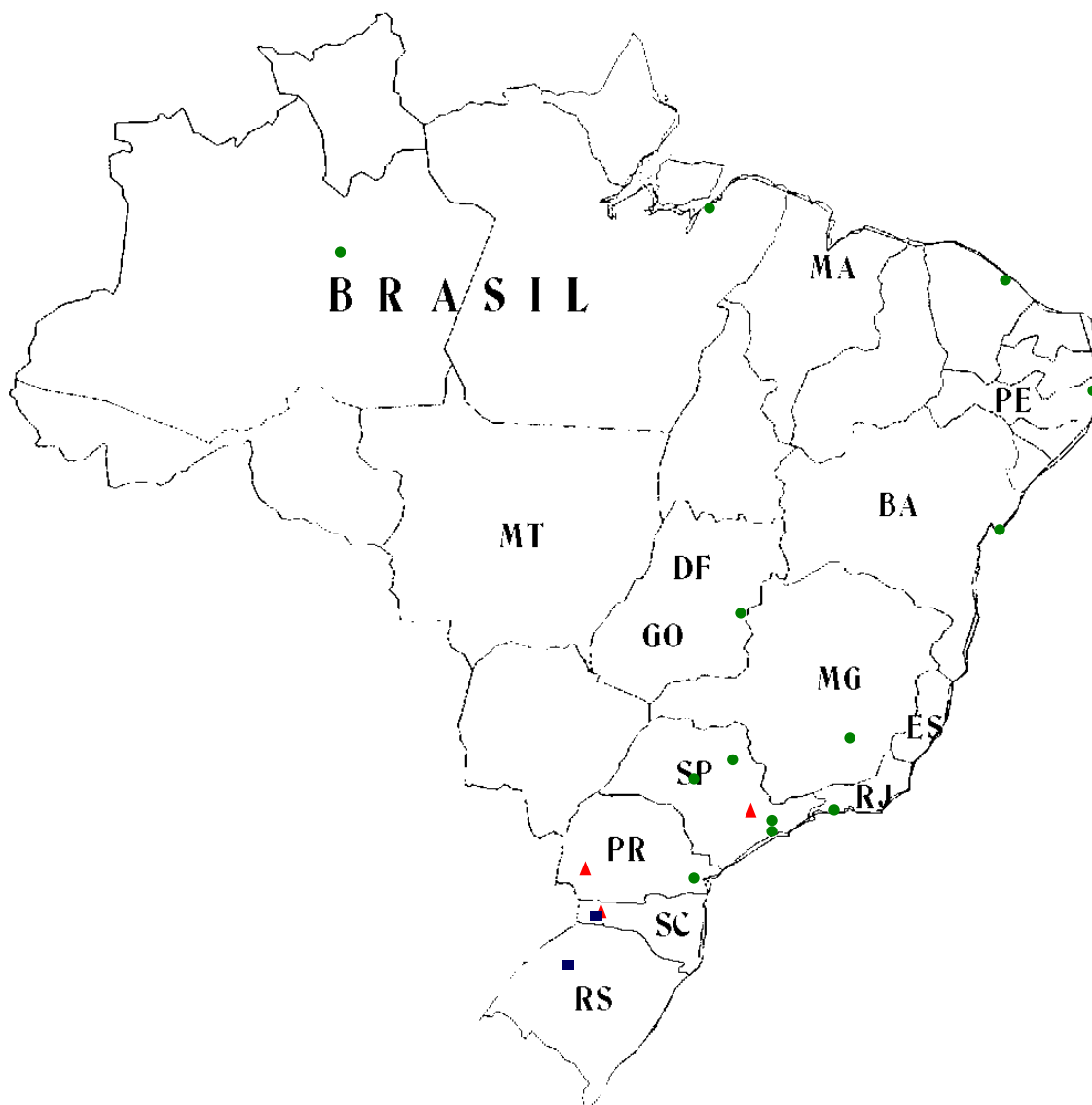


Estrutura de Participação

Base: 31/12/2000



Macrolocalização



▲ Unidades Aves - (3) Xaxim - SC
Cascavel - PR
Amparo - SP

■ Unidades Suínos - (2) Chapecó - SC
Santa Rosa - RS

● Pontos de Faturamento - (17) 5 unidades produtivas
5 filiais próprias
7 operadores logísticos



Administração

A SAIC é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Atualmente, o Conselho de Administração é composto por quatro membros, cujo mandato é de três anos, vencendo-se em 17/11/2002.

A Diretoria é responsável pela execução das decisões do Conselho de Administração e pela gerência do dia-a-dia da Companhia, sendo eleita pelo Conselho de Administração, podendo ter até 08 membros, com mandato de três anos, a partir de novembro de 1999. Até 1/3 dos componentes do Conselho de Administração pode fazer parte da Diretoria.

ALEX RENATO DE MAURA FONTANA

Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com Mestrado na mesma área realizado nos Estados Unidos. Por 18 anos atuou como vice-presidente da área internacional na Sadia. Nos últimos cinco anos, foi presidente de sua própria empresa, a TradeMark. É fluente em Inglês, Francês, Italiano e Espanhol. Foi presidente da ABEF-Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango, no período de 93/94 e da ABECs-Associação Brasileira de Exportadores de Carne Suína, no período de 88/94.

DANIEL EDUARDO SIDERO

Membro do Conselho de Administração

Formado em Contabilidade, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, Argentina. Experiência Profissional: Gerente do Departamento de Consultoria em Administração da Ernst & Young de Buenos Aires, Argentina, de 1972 a 1983. Assessor Econômico Financeiro do Diretor Internacional do Setor de Pinturas e Revestimentos do Grupo Bunge y Born, em Buenos Aires, Argentina, em 1984. Gerente de Projetos na Grafa S/A, em 1985. Gerente Administrativo Financeiro do Molinos Río de La Plata S/A, de 1985 a 1989. Diretor Administrativo e Financeiro do setor de óleos comestíveis do Brasil, do grupo Bunge y Born, de 1989 a 1991. Controller Corporativo do Brasil, do grupo Bunge y Born, de 1992 a 1993. Atualmente: Diretor Administrativo Financeiro de Socma Alimentos S/A.

IVAN SANTOS DE NADAI

Membro do Conselho de Administração

Engenheiro Eletro-mecânico, formado na Faculdade de Engenharia da Universidade de Buenos Aires, em 1983. Desenvolvimento de diversos programas de capacitação na Universidade Bocconi de Milão. Experiência Profissional: Responsável de funções técnicas na Piave S/A e El Detalle S/A, de 1973 a 1977. Engenheiro de processos de manufatura da General Motors Argentina, de 1977 a 1978. Responsável de processos industriais, Gerente de Planejamento e Controle, Diretor de Comércio Exterior, Diretor de Planejamento e Engenharia e Diretor de Compras na Sevel Argentina S/A, de 1979 a 1998. Diretor de Corni Fundiciones S/A de 1995 a 1998. Diretor de estabelecimentos mecânicos da Emeca S/A de 1995 a 1998. Gerente de Produtividade e Custos de Socma Americana S/A, de 1999 a 2000. Atualmente: Controller do Grupo Socma no Brasil para a Área de Alimentos.

ROBERTO LEONARDO MAFFIOLI

Membro do Conselho de Administração



Formado em Contabilidade. Experiência Profissional: Responsável pelo Departamento de Análise de Investimentos e Controle de Gestão na Bendix Int. S/A, de 1977 a 1979. Chefe de Custos e Orçamento, Assessor da Diretoria e Responsável pela Gerência de Administração na California Cristales S/A, de 1979 a 1980. Chefe de Finanças e Orçamento e Gerente de Administração e Finanças de Socma S/A, de 1980 a 1993. Atualmente: Gerente Geral de Socma Americana S/A.

ANTONIO BALLERINI

Diretor

Formado em Administração de Empresas e Psicologia, Possui cursos de especialização em administração, realizados em Western Ontario Business Administration (Canadá) e Insead (França). Foi Diretor de Administração e Recursos Humanos, de empresas multinacionais e nacionais como: Americel S.A (SP), Metal Leve (SP), Singer do Brasil S.A (SP), West do Brasil S.A (SP), Securit S.A (SP).

ARMIN HOBI

Diretor

Formado em Medicina Veterinária pela Faculdade de Curitiba(PR). Trabalhou durante nove anos no Ministério da Agricultura e na Sadia, por 30 anos. Possui inúmeros cursos de aperfeiçoamento e especialização, realizados em países da Europa como Holanda e Alemanha.

CELSO MÁRIO SCHMITZ

Diretor de Relações com Investidores

Formado em Economia e Administração de Empresas. Possui grande experiência na área financeira, tendo atuado em empresas como a Sadia, Grupo Bonfiglioli e no período de 87 a 96, atuou como Diretor financeiro da Ceval.

FERNANDO MONTEIRO FARO

Diretor

Formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Possui ampla experiência em vendas, marketing e logística, tendo atuado nas seguintes empresas: Gessy Lever, Supermercado F. Monteiro e Supermercado Machi, Sadia –durante 7 anos- CHAPECÓ e nos dois últimos anos, como diretor comercial da Mococa.



Estrutura Acionária

Composição do Capital Social

O capital social da Emissora é de R\$ 227.294.923,41, representado por 8.720.442.891.640 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 8.583.613.919.006 ações ordinárias e 136.828.972.634 ações preferenciais, sendo que a última homologação de aumento de capital, ocorreu na Assembléia Geral Extraordinária de 27 de novembro de 2000.

A Emissora esclarece que, para a fixação do preço de emissão de novas ações, não se utilizará da faculdade prevista no parágrafo único do artigo 14 da Lei 6404/76, conforme compromisso deliberado na Ata nº. 340 da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2001, conforme Anexo XII.

Até o integral pagamento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora se obriga a observar o limite legal do seu capital social, conforme o disposto no artigo 15, da Lei 6404/76, na forma que, quando esta relação ficar prejudicada, no exato momento do aumento de capital, haverá também nova emissão de ações ordinárias, em número que satisfaça esta relação.

Evolução do Capital Social

Data	Capital Social R\$	Alterações	
		Valor – R\$	Forma
31/12/91	3.260,05	3.260,05	04
30/04/92	15.026,70	11.766,64	03
30/04/93	184.732,53	169.705,84	03
26/10/93	2.366.550,71	2.181.818,18	04
28/04/94	7.479.732,52	5.113.181,81	03
28/04/94	3.351.190,30	(4.128.542,22)	02
19/04/95	33.687.952,99	30.336.762,69	03
07/02/96	48.687.952,99	15.000.000,00	04
30/04/96	56.254.923,38	7.566.970,39	03
17/11/99	141.754.923,41	85.500.000,00	04
23/12/99	195.794.923,41	54.040.000,00	04
10/10/00	226.294.923,41	30.500.000,00	04
27/11/00	227.294.923,41	1.000.000,00	04

Código: 01 - Incorporação de lucros acumulados
02 - Incorporação de prejuízos acumulados
03 - Incorporação de Reserva de Correção Monetária
04 - Subscrição de ações em moeda corrente

Distribuição do Capital Social



AGE de 27/11/2000

Acionistas	Quant.Ações ON	% Ações ON	Quant.Ações PN	% Ações PN	% s/Cap. Tot.
Alimbras S/A	4.272.481.002.451	49,77%	891.295.222	0,65%	49,00%
BNDESPAR	2.585.468.416.924	30,12%	-	0,00%	29,65%
Francisco Macri	1.421.816.433.746	16,56%	-	0,00%	16,30%
Outros	303.848.065.885	3,54%	135.937.677.412	99,35%	5,04%
TOTAL	8.583.613.919.006	100,00%	136.828.972.634	100,00%	100,0%

Características das ações

As ações são ordinárias e preferenciais, todas na forma escritural, sem valor nominal e são negociáveis nas Bolsas de Valores do Brasil, com destaque na BOVESPA.

Cada ação ordinária, ressalvado o disposto no artigo 141 da Lei 6.404/76, terá direito a um voto nas Assembléias Gerais.

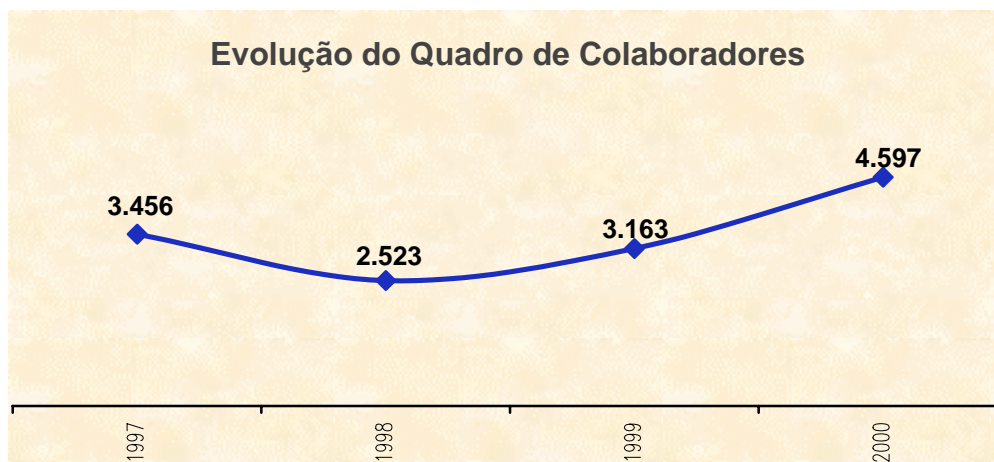
As ações preferencias não têm direito a voto, salvo nos casos previstos em lei, mas a elas são assegurados os seguintes direitos:

- Igualdade de participação com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas de capital social;
- prioridade no reembolso do capital na eventualidade de liquidação da Companhia.

Aos titulares das ações de qualquer espécie, será atribuído em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, após procedidos os ajustes previstos na Legislação Societária.



Recursos Humanos



A política de recursos humanos da CHAPECÓ tem procurado, quando da contratação de novos funcionários, dar prioridade ao aproveitamento interno. O setor de treinamento da CHAPECÓ objetiva qualificar, desenvolver, aperfeiçoar, especializar e reciclar os recursos humanos, alcançando maior capacidade técnica profissional e individual, maximizando a eficácia dos indivíduos e da organização.

A política de reajustes salariais da CHAPECÓ obedece ao fixado em lei e atende também às negociações efetuadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores. A administração da CHAPECÓ adota uma postura profissional em suas relações com os Sindicatos, por entender o seu papel de representante legítimo dos trabalhadores.

A mão-de-obra utilizada pela CHAPECÓ é da própria região onde estão instaladas suas unidades industriais, apresentando um índice médio de turnover de 2,0% no ano de 2000 e de 4,17% no ano anterior.

O quadro de funcionários apresentou, em dezembro/2000, 4.597 funcionários, com um acréscimo de 45,3% em relação a dezembro/99.

A produtividade média por funcionário, representado pelo faturamento bruto por funcionário/período foi de R\$ 87,0 mil (R\$55,8 mil no ano anterior).

O aperfeiçoamento da formação profissional de nossos funcionários, visando aumento de produtividade, tem merecido especial atenção da CHAPECÓ. Foram realizados diversos programas de treinamento, abrangendo vários níveis profissionais.

Entre os benefícios sociais oferecidos aos funcionários, destacam-se: refeitório, atendimento médico-odontológico-ambulatorial, cooperativa de consumo, jardim de infância, pré-escolar, convênio creche, educação de adultos, transporte, assistência social direta e seguro em grupo.

Turnos de trabalho na produção

Unidade Industrial em Chapecó (SC)	01 turno
Unidade industrial em Xaxim(SC).....	02 turnos
Unidade industrial em Amparo(SP)	01 turno
Unidade Industrial em Cascavel(PR).....	02 turnos
Unidade Industrial em Santa Rosa (RS).....	01 turno



Programa Qualidade Integrada CHAPECÓ

O Programa QIC - Qualidade Integrada CHAPECÓ, iniciado em maio de 1993, tem como objetivo maior, contribuir decisivamente para a sobrevivência do empreendimento, viabilizando a equação do lucro, através da implantação de um modelo de gestão pela qualidade, capaz de administrar o processo de agregação de valor abaixo do custo.

As metas para o ano 2001:

- padronização de 50% das tarefas que agregam valor ao produto em todas as unidades produtivas.
- garantir a manutenção do HACCP (Hazard Analysis Critical Control Point), nas Unidades Chapecó e Xaxim.
- manter o sistema de ISO 9002 (versão 94) na Unidade de Ponte Serrada e implantar o sistema de gerenciamento da qualidade baseado nas normas ISO 9001 (versão 94) na Unidade de Xaxim.

Para a realização das metas, a CHAPECÓ tem planejado estimular e encorajar as seguintes atitudes gerenciais:

- Capacitação do corpo técnico;
- Foco no atendimento das necessidades dos clientes (tanto internos como externos);
- Foco no que é relevante;
- Gerir de forma participativa e compartilhada;
- Buscar a rentabilidade através da melhoria contínua da produtividade;
- Considerar o ser humano como fator diferencial do sucesso do empreendimento, estimulando
 - A assertividade;
 - A proatividade;
 - O comprometimento.

Pesquisa e Desenvolvimento

A CHAPECÓ realiza constantes investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos e embalagens.

Pesquisas também são realizadas visando o aperfeiçoamento genético das aves e suínos, para obter melhor rendimento da carcaça e eficiência na relação peso e consumo de ração.

De forma geral, a área de P&D procura otimizar o processo produtivo, com o objetivo de maximizar o retorno econômico nos segmentos de atuação da CHAPECÓ.

Tecnologia

A CHAPECÓ possui, em seu processo produtivo, tecnologia de alta qualidade para o abate, desossa, embalagem e estocagem de produtos.

Os equipamentos envolvidos na produção são nacionais e estrangeiros e atualmente não existem restrições de acesso a eles.



Controle de Qualidade da Produção

O governo mantém, permanentemente, posto de inspeção federal nas dependências da CHAPECÓ executando, através do chefe do SIF (Serviço de Inspeção Federal), vigilância ininterrupta sobre a sanidade e rotulagem de produtos. Mesmo assim, a CHAPECÓ mantém rigorosa observância do controle de qualidade de seus produtos.

Todas as matérias-primas, produtos em processo e produtos acabados, sofrem inspeção do Controle de Qualidade, quando são verificados todos os parâmetros já pré-estabelecidos, sob forma de especificações técnicas definidas internamente, bem como os parâmetros exigidos pelas normas técnicas legais.

Meio Ambiente

Em todas as etapas de sua atividade, o meio ambiente sempre foi tratado com prioridade pela CHAPECÓ. A CHAPECÓ possui sistemas de tratamento de efluentes adequados em todas as suas unidades industriais, superando os padrões exigidos pela legislação brasileira e pelo IFC - International Finance Corporation.

A CHAPECÓ internaliza os aspectos ambientais na análise e condução de empreendimentos, perpassando o projeto, a execução e sua operacionalização. Através do sistema de gestão ambiental, está implementando um conjunto de medidas e procedimentos que visam reduzir e controlar os impactos através das atividades sobre o meio-ambiente.

A empresa criou mecanismos de ações para promover o desenvolvimento sustentável:

- Programa de educação ambiental de funcionários;
- Programa de desenvolvimento de comunidades ribeirinhas;
- Programa de desenvolvimento econômico, social e ambiental de comunidades rurais;
- Gerenciamento de programa de gestão ambiental (Programa Iberê), envolvendo 7 municípios do Oeste de Santa Catarina, cerca de 34 instituições e 180 mil pessoas;
- Gerenciamento de resíduos gerados (cadastramento e classificação de resíduos gerados – qualitativa e quantitativamente - e estocados, bem como seu acondicionamento. É realizada a escolha de alternativas técnicas, econômicas e ambientalmente sustentáveis para o destino final.

Relacionamento com o Governo

O funcionamento da CHAPECÓ independe de autorização governamental para o desempenho de suas atividades, exceto no que diz respeito à aprovação pela SIPA - Secretaria de Inspeção de Produtos Animais - das instalações industriais da CCIA.

A empresa teve suas obras civis e instalações devidamente aprovadas pelo citado órgão, que mantém, permanentemente, Posto de Inspeção Federal em suas dependências.

Marcas e Patentes



Os produtos são comercializados com a marca "Chapecó", Prenda e "Regência" devidamente registradas. A marca "Chapecó" é utilizada na maioria dos produtos há mais de 40 anos no país e, identifica, de imediato, os produtos da CHAPECÓ.

A marca "Chapecó", de renome nacional, é parte importante não só do acervo histórico da CHAPECÓ, mas também de seus negócios, tendo em vista a garantia que oferece ao consumidor pela tradicional qualidade dos produtos que representa.

Neste ano, a empresa se concentrou na revitalização da marca "Chapecó" para aproximá-la mais do consumidor. Uma das importantes mudanças está no novo desenho da marca, apresentada acima.

O trabalho contou com uma ampla pesquisa junto aos consumidores que desejavam uma marca que representasse característica de modernidade, tecnologia, leveza e harmonia com a natureza.

O desenho estilizado se baseia num pôr-do-sol no campo, mostrando o lado afetivo do alimento e sua ligação com a família e o lar.

O pôr-do-sol tem a forma de um coração apoiado sobre a curva da montanha, lembrando o formato de uma mão em posição de "concha". Através das cores, o desenho é acolhedor, passa segurança e afetividade, natureza e tecnologia.

Aspectos Gerais do Mercado da CHAPECÓ

Market Share

	1996	1997	1998	1999	/2000
Sadia	28%	27%	26%	23,0%	22,7%
Perdigão	19%	18%	20%	22,8%	24,4%
Seara	9%	10%	8%	6,6%	9,2%
CHAPECÓ	5%	3%	3%	2,2%	4,2%
Aurora	3%	3%	3%	4,3%	5,7%

Fonte: Nielsen - referente a Industrializados derivados de carne.

As vendas no mercado interno são efetuadas através de três canais básicos: distribuidores, representantes e vendedores próprios.

A CHAPECÓ está operando com 17 pontos de faturamento, sendo 5 unidades produtoras, localizadas Chapecó, Xaxim, em Santa Catarina, Cascavel – PR, Santa Rosa – RS e Amparo – SP; 5 filiais próprias, localizadas em Barueri, Bauru, Ribeirão Preto, em São Paulo; Rio de Janeiro – RJ e Manaus – AM; 7 operadores logísticos, localizados em Belém - PA, Brasília - DF, Curitiba - PR, Belo Horizonte-MG, Fortaleza - CE, Recife - PE, Salvador - BA.

Ainda neste ano, mais 4 operadores logísticos estarão entrando em operação, nas cidades de Florianópolis – SC, Apucarana – PR, Vitória – ES e Porto Alegre – RS.

No mercado externo, as vendas são realizadas em sua totalidade através de "tradings", principalmente no que se refere aos mercados do Oriente Médio, África, Ásia e Europa.

Os países integrantes do "Mercosul", principalmente a Argentina, têm proporcionado a expansão das exportações, especialmente de produtos suínos.

A CHAPECÓ conta com um distribuidor exclusivo em Buenos Aires, Argentina, visando a colocação de industrializados e cortes de suínos e aves.



Marketing e Propaganda

A CHAPECÓ tem concentrado seus esforços para a revitalização e fortalecimento da marca “Chapecó”, para aproximá-la mais do consumidor, através inclusive com mudança no visual dos produtos.

Durante o ano 2000, foi efetuado um amplo trabalho de pesquisa de mercado, visando adequar a identidade visual da CHAPECÓ, resultando na nova logomarca para a empresa e seus produtos, conforme apresentado no item Marcas e Patentes. Foram desenvolvidas novas embalagens de forte apelo visual e lançados mais de 50 novos produtos no mercado.

Visando fortalecer o elo com a cadeia de distribuição, foi realizada a primeira convenção nacional de vendas, com a participação de toda a equipe comercial, representantes e operadores logísticos de todo o país.

Processo de Comercialização e Distribuição

A distribuição dos produtos é efetuada através de caminhões frigoríficos, diretamente aos clientes e distribuidores. A empresa conta com 100% de veículos de terceiros para o transporte da fábrica até suas filiais comerciais e distribuidores/representantes, sendo que a distribuição aos clientes também é feita na totalidade por terceiros.

A estratégia de vendas adotada, vem sendo a de reduzir custos operacionais e ao mesmo tempo incrementar vendas, procurando alternativas comerciais com o objetivo de viabilizar melhor performance da CHAPECÓ. Optou-se por incrementar nossas operações através de representantes e operadores logísticos, que cobrem as regiões do país que não são atingidas pelas filiais comerciais próprias.

A mesa de operações comerciais objetiva agilizar o processo de vendas; coordenar as atividades dos vendedores, representantes e distribuidores, o abastecimento das filiais comerciais e; a coordenação de grandes volumes.

A política comercial adotada pela CHAPECÓ resulta em vantagens econômico-financeiras dentre as quais destacamos: a) menor custo operacional com menor número de filiais próprias; b) aumento real nas vendas; c) maior presença dos produtos no território nacional; d) busca constante da melhoria de preços e recuperação de margens; e, finalmente e) alteração do perfil do mix, das commodities para produtos de valor agregado.



Distribuição Geográfica das Vendas

Mercado Interno:

Mercado Interno	% s/Faturamento				
	1996	1997	1998	1999	2000
São Paulo	42,4	38,0	40,0	44,0	56,0
Minas Gerais	15,9	13,0	15,0	13,2	8,6
Rio de Janeiro	-	-	-	2,8	8,1
Paraná	5,5	7,0	5,9	7,0	4,2
Bahia	5,7	8,0	6,6	3,7	3,8
Ceará	0	4,5	4,9	4,9	3,4
Santa Catarina	5,4	5,5	5,6	8,4	3,3
Rio Grande do Sul	2,6	4,5	4,9	2,7	3,0
Outros	19,3	16,5	14,7	13,3	9,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Mercado Externo:

Produtos Aves

- | | |
|------------------|-------------|
| - Arábia Saudita | - Iemen |
| - Itália | - Japão |
| - Espanha | - Argentina |
| - Alemanha | - Hong Kong |
| - Holanda | - Portugal |
| - Singapura | - Kuwait |

Produtos Suínos

- | | |
|-------------|-------------|
| - Argentina | - Holanda |
| - Hong Kong | - Uruguai |
| - Rússia | - Caribe |
| - Alemanha | - Finlândia |

Principais Clientes

Mercado Interno

- Makro Atacadista S.A. - São Paulo - SP
- Carrefour Comércio e Indústria – São Paulo - SP
- Wall-Mart Brasil Ltda – São Paulo - SP
- Jerônimo Martins Distr. Brasil Ltda – São Paulo - SP
- Soane Distrib. Brasil S/A – Porto Alegre – RS
- GR S/A – São Paulo - SP
- Sodexo do Brasil Com. Ltda – São Paulo – SP
- Assai Com. e Importadora Ltda – São Paulo – SP
- Aqui Comercial Ltda - Coronel Fabriciano - MG
- Supermercado Gimenes Ltda - Sertãozinho – SP
- Savegnago Supermercados Ltda – SP
- Casa Caçula de Cereais Ltda - Ribeirão Preto - SP
- Cia Brasileira de Distribuição - São Paulo - SP

Nenhum cliente representa, isoladamente, mais que 6% do faturamento global da CCIA.

Mercado Externo:



- Abdullah Al YOSFI - Iemen
- Interfood Group of Companies - Qatar
- SAUDEAST - Jeddah /Arábia Saudita
- SHEHAB COLD STORES – Arábia Saudita
- AJC Intl - USA
- Horizontal Foods – Hong Kong
- COTO CICSA - Argentina
- AL SAHEN - Kuwait
- Hasenmeyer GMBH - Alemanha
- Mitsubishi Corporation - Japão
- Al ASLAWI - Kuwait
- AL SAFAT - Kuwait
- Campo Austral SA - Argentina
- Valued SA - Argentina
- W.Wong n Sons – Hong Kong
- Metafoods LLC - USA
- Conical Market - Ilhas Canárias

Principais Concorrentes

Os principais concorrentes da Companhia são:

- Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio
- Perdigão S.A. Comércio e Indústria
- Cooperativa Central Oeste Catarinense - Aurora
- Avipal S. A. Avicultura Agropecuária
- Frangosul S. A. Agro. Avícola Industrial
- Seara Agroindustrial S.A.

Rações e Concentrados

Tendo em vista que a produção destina-se a atender basicamente o sistema de integração e a produção própria da empresa, este setor praticamente não sofre concorrência.

Pintos de Um Dia

Praticamente não sofre concorrência, pois a produção, em sua maior parte, é absorvida pelo Sistema de Integração da CHAPECÓ.

Sazonalidade

Distribuição vendas (toneladas)	Aves	%	Suínos	%
1º Trimestre/00	18.649	16,3%	11.545	13,5%
2º Trimestre/00	27.855	24,4%	19.512	22,9%
3º Trimestre/00	35.044	30,7%	25.613	30,0%
4º Trimestre/00	32.589	28,6%	28.720	33,6%
Total	114.137	100,0%	85.390	100,0%



Benchmarking

Se formos analisar o Benchmarking das 3 maiores empresas do setor, com a CHAPECÓ, em especial no ano 2000, verifica-se que a mesma está em franca recuperação e, já muitos dos índices semelhantes aos de seus principais concorrentes.

DESCRIÇÃO	01/01/2000 À 30/09/2000				ANO DE 1999				
	CHAPECÓ	SEARA	SADIA	PERDIGÃ	CHAPECÓ	SEARA	SADIA	PERDIGÃO	
ECONÔMICOS - (R\$-Mil)									
RECEITA BRUTA	254.541	695.137	2.328.165	1.435.844	234.844	890.159	3.145.990	1.801.056	
RECEITA LÍQUIDA	229.275	637.835	2.063.687	1.230.042	216.869	814.433	2.778.769	1.573.035	
IA.IIR	-3.654	16.320	43.362	61.624	-72.941	82.383	226.178	165.493	
IA.IIDA (FBITDA)	5.920	37.023	122.900	94.200	-59.529	111.500	297.909	206.659	
LUCRO LÍQUIDO	-68	-7.968	56.202	19.887	90.213	-29.092	82.181	47.162	
FVA					-241.134	-67.127	-28.970	-632	
MVA					497.102	-139.595	218.497	366.288	
MARGEM BRUTA	10,3%	19,6%	22,1%	22,8%	9,7%	28,4%	29,0%	29,3%	
MARGEM OPERACIONAL	-1,6%	2,6%	2,1%	5,0%	-33,6%	10,1%	8,1%	10,5%	
MARGEM LÍQUIDA	0,0%	-1,2%	2,7%	1,6%	41,6%	-3,6%	3,0%	3,0%	
FINANCEIROS - (R\$-Mil)									
CAPITAL DE TRABALHO	27.151	162.703	832.588	317.418	-152.263	84.462	586.986	225.524	
ENDIVIDAMENTO TOTAL	734.082	414.251	2.377.886	1.483.303	719.152	399.337	2.510.897	1.334.968	
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO	511.351	302.759	1.907.889	1.141.751	428.983	263.324	1.785.264	1.063.332	
CICLO OPERACIONAL	Dias	85	99	109	82	-13	85	102	62
GIRO DOS ATIVOS - (nº de vezes	x/ano	0,4	1,4	0,8	0,8	0,4	2,5	1,0	0,9
ENDIV.FINANCEIRO LONGO PRAZO	%	86,5%	58,9%	28,0%	35,4%	98,8%	74,7%	27,7%	50,4%



DESCRIÇÃO	01/01/2000 À 30/09/2000				ANO DE 1999			
	CHAPECÓ	SEARA	SADIA	PERDIGÃO	CHAPECÓ	SEARA	SADIA	PERDIGÃO
PATRIMONIAIS - (R\$-Mil)								
ATIVO TOTAL	866.469	629.960	3.294.110	2.022.882	795.928	616.605	3.369.874	1.858.631
ATIVO PERMANENTE	346.449	281.820	1.073.508	889.069	284.230	284.131	1.096.465	759.044
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	133.523	215.709	916.224	539.579	76.776	217.268	858.977	523.663
RENTABILIDADE DO ATIVO	-0,4%	2,6%	1,3%	3,2%	-14,5%	25,3%	8,4%	10,0%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO	-0,1%	-3,7%	6,5%	3,8%	0,0%	-11,8%	10,5%	9,8%
VARIACÃO DO ATIVO	21,9%	-0,8%	-2,1%	17,1%	67,8%	1879,8%	73,9%	22,4%
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE R\$	2,5	1,3	0,8	1,1	1,5	1,3	0,8	1,0
GESTÃO - (R\$-Mil)								
FUNCIONÁRIOS Un	4.622	8.673	29.991	18.748	3.163	8.371	25.800	16.649
GASTOS COM PUBLICIDADE	1.968	0	46.519	0	1.036	0	74.302	0
DESPESAS COM VENDAS	40.866	93.245	357.316	194.529	25.623	116.905	434.726	267.429
RECEITA LÍQUIDA P/FUNCIONÁRIO R\$/Mil	66	98	92	87	69	97	108	94
PUBLICIDADE SOBRE RECEITA	0,9%	0,0%	2,3%	0,0%	0,5%	0,0%	2,7%	0,0%
DESP. VENDAS SOBRE RECEITA	17,8%	14,6%	17,3%	15,8%	11,8%	14,4%	15,6%	17,0%



VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores mobiliários emitidos pela “SAIC” restringem-se à primeira e a segunda emissão de Debêntures, com as características abaixo descritas, onde salienta-se que as mesmas ainda não foram adimplidas :

Primeira Emissão

A primeira emissão da “SAIC” foi deliberada e aprovada em assembléia geral extraordinária realizada em 04/06/1990, as quais vencerão em 11/03/2002 ou até a alienação a terceiros do controle acionário.

Data de Emissão: 1º. de junho de 1990.

Valor Total da Emissão: Cr\$ 879.586.000,00 (oitocentos e setenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil cruzeiros).

Quantidade de Títulos: 20.000 (vinte mil) debêntures.

Valor Nominal Unitário: Cr\$ 43.979,30 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e nove cruzeiros e trinta centavos).

Séries: Única.

Forma: nominativas.

Conversibilidade: não conversíveis em ações.

Espécie: Garantia flutuante.

Prazo e Data de Vencimento: As debêntures vencerão em 11/03/2002 ou até a alienação a terceiros do controle acionário.

Atualização Monetária: TJLP, após 01/12/1997.

Juros Remuneratórios: 6% (seis por cento) ao ano.

HISTÓRICO

A escritura de emissão destas debêntures previa o vencimento em 01/06/2000, porém, os credores da companhia Emissora, inclusive os debenturistas, firmaram um “Acordo de Credores” com prazo máximo de vigência até 11 de março de 2002.

Esclarecemos que a Companhia encontra-se em processo de reestruturação e reorganização da dívida financeira do conglomerado Chapecó incluindo os empréstimos, financiamentos e debêntures, onde a formalização das negociações com os bancos credores, bem como a determinação das garantias, ainda está sendo processado individualmente com cada instituição financeira.

As debêntures da 1ª Emissão da Companhia não poderão ser utilizadas para subscrição das debêntures desta 3ª Emissão, mas para efeitos de comparação demonstramos:

Preço Unitário da Debênture 3ª Emissão*	Preço Unitário da Debênture da 1ª Emissão*
R\$ 1.176,11	R\$ 2.012,42

*Todos os dados acima fornecidos foram calculados com base em 31/03/2001

Segunda Emissão



A segunda emissão da “SAIC” foi deliberada e aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/11/1995, as quais a 1ª. e 2ª. séries tiveram seus vencimentos prorrogados em Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 30/03/2001, vencendo-se em 30/05/2001.

Data de Emissão: 1º. de dezembro de 1995.

Valor Total da Emissão: R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais).

Quantidade de Títulos: 12.000 (doze mil) debêntures.

Valor Nominal Unitário: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Séries: Quatro séries. As debêntures da 4ª. série foram constituídas por sobras de debêntures objeto da 3ª. série.

Forma: 1ª e 2ª séries: escritural; 4ª série: custódia pelo Banco Central

Espécie: garantia flutuante

Prazo e Data de Vencimento: 1ª e 2ª séries: 30/05/2001; 4ª. série: prazo de vencimento de 08 (oito) anos, vencendo-se, portanto, em 01/12/2003.

Atualização monetária: INPC.

Juros Remuneratórios: 1ª e 2ª séries: 8% a.a.; 4ª série: 3% a.a. + LIBOR.

Conversibilidade: 1ª. série: conversíveis em ações ordinárias da Emissora; 2ª. série: conversíveis em ações preferenciais; 4ª. série: 1/3 de ações ordinárias e 2/3 em ações preferenciais.

Prêmio: 1ª e 2ª séries: TJLP + 6% ou ANBID (a maior) – INPC + 8%.

HISTÓRICO

A escritura de emissão destas debêntures previa o vencimento da 1ª e 2ª séries, em 01/12/2000, porém, em Assembléia Geral de Debenturistas de 29 de novembro de 2000, os debenturistas deliberaram pela prorrogação do prazo de vencimento da emissão para o dia 01 de abril de 2001 e em Assembléia Geral de Debenturistas de 30 de março de 2001, foi novamente prorrogado o vencimento para 30 de maio de 2001.

O prazo de vencimento das debêntures vêm sendo prorrogados, em virtude da Companhia estar em processo de reestruturação e reorganização da dívida financeira do conglomerado Chapecó incluindo os empréstimos, financiamentos e debêntures, onde a formalização das negociações com os bancos, bem como a determinação das garantias, ainda está sendo processado individualmente com cada instituição financeira.

As debêntures desta 3ª emissão poderão ser integralizadas mediante utilização das debêntures da 2ª Emissão, e caso venham a ser utilizadas, passarão a ser valoradas de acordo com a remuneração das debêntures da 3ª. Emissão, ou seja, a partir de 1º. de novembro de 1999 e até a data da efetiva



integralização ambas terão as mesmas bases de remuneração, passando a ter o seguinte preço unitário para efeitos de subscrição:

Preço Unitário da Debênture 3ª Emissão*	Preço Unitário da Debênture da 2ª Emissão*	Preço Unitário da Debênture da 2ª Emissão a ser utilizado na subscrição da 3ª Emissão*
R\$ 1.176,11	R\$ 11.485,34	R\$ 10.553,07

**Todos os dados acima fornecidos foram calculados com base em 31/03/2001*



PENDÊNCIAS JUDICIAIS DA CHAPECÓ

A “CHAPECÓ” possui/é parte em vários processos judiciais. Em alguns figura como parte ativa (por exemplo: execuções, cobranças e anulatórias), e em outras como parte passiva (ações trabalhistas, indenizatórias, acidentes de trabalho, etc).

Tendo em vista a necessidade de análise de somente das contingências passivas neste prospecto, abaixo passamos a mencionar, resumidamente, a quantidade de ações e possíveis valores de perda, separado por área de atuação, independente da CHAPECÓ ser parte ativa ou passiva, mas que envolvem somente contingências passivas (valores de perda).

Neste contexto, podemos assim resumir:

Processos na área tributária:

Em Esfera Judicial:

Em esfera judicial, envolvendo ações com probabilidade de perdas de valores, com o INSS, Receita Federal, Receita Estadual e outros, a CHAPECÓ possui em andamento 28 ações, com valores atualizados para novembro de 2.000, em R\$18.985.723,44. Destes valores, aproximadamente R\$2.100.000,00 estão depositados judicialmente, e por esta razão, caso não se obtenha êxito judicial, a CHAPECÓ não terá de desembolsar valores.

Do total destas ações, levando em consideração as decisões favoráveis dos Tribunais, e diminuindo-se o valor dos depósitos judiciais, bem como os valores já contabilizados como devidos (por exemplo, salário educação), o departamento jurídico da CHAPECÓ estimou o valor provável de perda em R\$1.200.000,00, cujo valor está lançado contabilmente no balanço da empresa, no item contingências passivas (provisionamento).

Do total destas ações, as duas mais relevantes são:

Ação anulatória por multa proposta pela União Federal, em pagamentos de tributos realizados com denúncia espontânea. Valor atualizado R\$ 2.461.466,70. Sentença de 1ª instância favorável a CHAPECÓ. Ótima perspectiva de êxito.

Execução proposta pelo INSS exigindo funrural sobre parceria de criação de suínos e aves. O próprio INSS avocou o processo com a notificação original e propôs o cancelamento. Valor atualizado R\$ 13.182.603,76. A execução está suspensa por pedido do INSS. Não há propositura de embargos. Ótima perspectiva de êxito.

Em Esfera Administrativa:

Em esfera administrativa envolvendo notificações com probabilidade de perda de valores, com o INSS, Receita Federal, Estadual e outros, a CHAPECÓ possui em andamento 35 processos administrativos, com valores atualizados para novembro de 2.000, em R\$19.490.066,39

Deste valor, a CHAPECÓ já possui contabilizado R\$ 2.423.252,11, como impostos devidos, que não foram recolhidos na época oportuna, devido a CHAPECÓ estar em dificuldades financeiras (antes da transferência do controle acionário, por exemplo: salário educação).

Do total destas ações, levando em consideração as decisões favoráveis dos Tribunais às teses apresentadas pela CHAPECÓ, e diminuindo-se os valores já contabilizados como impostos devidos



(salário educação), o departamento jurídico estimou o valor provável de perda em R\$ 6.197.854,88, cujo valor está lançado contabilmente nos balanços da CHAPECÓ, no item contingências passivas (provisionamento).

Do total destes processos administrativos, os mais relevantes são:

05 notificações lavradas pelo Estado de São Paulo, exigindo estorno de crédito de ICMS, referente o diferencial de alíquota dos produtos da cesta básica (17% para 12%). Valor atualizado R\$ 11.977.491,76. Existem várias decisões do Tribunal do Estado de São Paulo favoráveis aos contribuintes. Porém, o assunto ainda não foi pacificado

02 notificações lavradas pela Receita Federal, exigindo PIS e COFINS sobre vendas efetuadas à Zona Franca de Manaus, que é equiparada as exportações, e por isso, entende-se não Ter PIS e COFINS. Valor atualizado R\$2.016.835,20. Já existe algumas decisões judiciais favoráveis aos contribuintes.

Processos na área civil:

Na área civil, a CHAPECÓ possui 92 ações passivas, com valor estimado para perda em R\$4.812.383,35, contabilizados no balanço como Contingências Passivas, distribuídas da seguinte forma, com perspectiva de pagamentos:

- Unidade de Chapecó: 23 processos (acidentes de trabalho, cobranças, indenizações, etc.), com estimativa de pagamento em torno de R\$1.234.818,60
- Unidade de Xaxim: 26 processos (acidentes de trabalho, cobranças, indenizações, etc.), com estimativa de pagamento em torno de R\$1.083.321,50
- Unidade de Cascavel: 26 processos (acidentes de trabalho, cobranças, indenizações, etc.), com estimativa de pagamento em torno de R\$1.611.600,00
- Unidade de Santa Rosa: 06 processos (acidentes de trabalho, cobranças, indenizações, etc.), com estimativa de pagamento em torno de R\$697.500,00
- Unidade de São Paulo: 04 processos (acidentes de trabalho, cobranças, indenizações, etc.), com estimativa de pagamento em torno de R\$50.000,00
- Unidade de Amparo, Bauru e Ribeirão Preto: 07 processos (acidentes de trabalho, cobranças, indenizações, etc.), com estimativa de pagamento em torno de R\$135.143,25

Processos na área trabalhista:

Na área trabalhista, a CHAPECÓ possui 326 ações, com valor estimado para perda em R\$ 3.599.000,00, contabilizados no balanço como Contingências Passivas, distribuídas da seguinte forma, com perspectiva de pagamentos:

- Unidade de Chapecó: 29 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$423.000,00;
- Unidade de Xaxim: 44 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$203.000,00;
- Unidade de Cascavel: 40 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$140.000,00;
- Unidade de Porto Alegre: 03 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$80.000,00;
- Unidade de Salvador: 10 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$650.000,00;



- Unidade de Belo Horizonte: 07 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$180.000,00;
- Unidade de Rio de Janeiro: 04 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$123.000,00;
- Unidade de Ribeirão Preto, Bauru e Amparo: 80 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$ 700.000,00;
- Unidade de Santa Rosa: 59 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$300.000,00;
- Unidade de São Paulo: 50 processos, com estimativa de pagamento em torno de R\$800.000,00;

Sistema Nacional de Debêntures

Introdução



As debêntures serão negociadas através do Sistema Nacional de Debêntures – SND, responsável pelo registro das negociações de debêntures no mercado de balcão, uma das formas possíveis de negociação de debêntures no mercado secundário. O SND é administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto – ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

Participantes

São membros do SND, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos múltiplos, sociedades distribuidoras e sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, outras instituições financeiras, pessoas jurídicas não-financeiras, investidores institucionais e companhias emissoras de debêntures.

Dentre seus participantes, podemos destacar três figuras: (i) as companhias emissoras; (ii) os chamados “membros do mercado”; e (iii) o banco mandatário.

As companhias emissoras têm as seguintes responsabilidades perante o SND: (i) informar ao administrador do sistema (a) o preço unitário de recompra por ocasião do resgate e (b) os valores relativos ao pagamento de prêmios, juros ou outra remuneração ligada às debêntures; (ii) na hipótese de suspensão de algum evento ligado às debêntures, como por exemplo, o não pagamento de juros ou de principal, após tal suspensão ser devidamente aprovada pelos órgãos competentes da companhia emissora e pelo agente fiduciário, comunicar com pelo menos um dia de antecedência ao administrador do sistema a suspensão do evento; e (iii) comunicar ao superintendente-geral do sistema qualquer informação de que tenha conhecimento que possa de alguma maneira afetar direta ou indiretamente a negociação de suas debêntures.

Caso a companhia emissora (i) tenha sua falência decretada; (ii) não realize o pagamento do valor de principal das debêntures (ressalvada a hipótese de comunicação prévia ao administrador do sistema indicada acima); ou (iii) não pague os valores devidos ao SND em função da utilização do sistema no prazo previsto, as debêntures de sua emissão serão bloqueadas e deverão ser retiradas do sistema.

São considerados Membros do Mercado os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos múltiplos, as sociedades distribuidoras e as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, autorizados pela CVM e pelo Banco Central do Brasil a operarem no Mercado de Capitais.

Podem atuar como banco mandatário os bancos comerciais e os múltiplos. Ao banco mandatário cabe operacionalizar o exercício dos direitos relativos às debêntures por parte dos debenturistas. Dentre as responsabilidades do banco mandatário temos: (i) atuar como liquidante do emissor; (ii) verificar a quantidade, série e emissão das debêntures registradas no sistema, por ocasião da entrada e saída delas no sistema; (iii) conferir os registros no sistema de debêntures que não serão repactuadas; (iv) efetuar, nos termos da escritura de emissão de debêntures, a conversão das debêntures em ações, se for o caso; (v) por ocasião do resgate parcial de debêntures, indicar aquelas que foram sorteadas, bem como o preço de resgate; e (vi) verificar o pagamento dos juros registrados no sistema.

Propriedade Fiduciária

Para que as debêntures entrem no sistema, elas são fiduciariamente transferidas à CETIP. A propriedade fiduciária consiste na transmissão da propriedade por uma das partes, o fiduciante, a outrem, o proprietário fiduciário. O primeiro aliena determinado bem ao último que, para todos os fins legais, adquire a propriedade do bem alienado. O proprietário fiduciário, por sua vez, se obriga perante o fiduciante e seus sucessores a observar, no exercício do direito de propriedade, certas limitações e a até mesmo alienar o bem ao fiduciante ou seus sucessores.

A transferência da propriedade em caráter fiduciário à CETIP permite a livre negociação das debêntures no sistema, uma vez que, a despeito das várias negociações de que uma debênture pode



ser objeto, a sua propriedade não muda, permanecendo com a CETIP. À medida que a debênture é negociada, são alterados os registros nas contas do SND, como veremos abaixo, o que permite que a titularidade das debêntures seja transferida.

Na qualidade de proprietária fiduciária, a CETIP se obriga a se valer do seu direito de propriedade somente com fins de permitir que o debenturista negocie seu título e exerça seus direitos sobre as debêntures. Outra limitação a qual a CETIP se sujeita diz respeito aos rendimentos auferidos sobre as debêntures, que são automaticamente transferidos aos debenturistas, sendo a CETIP apenas uma ponte entre a emissora e estes últimos.

Registro das Debêntures e Titularidade dos Debenturistas

Podemos distinguir as contas existentes no SND em dois grupos: (i) contas de participantes e (ii) contas de clientes de Membros do Mercado. Cada Membro do Mercado terá uma destas últimas contas, onde serão lançadas todas as operações de todos os seus clientes. Nas contas de cliente do Membro do Mercado deve ser feito o depósito/retirada de debêntures, como também a liquidação financeira relativa aos créditos representados pelas debêntures, ou seja, aí serão lançados os créditos e débitos relacionados (a) às operações de negociação de debêntures; (b) a resgate, juros, atualização monetária ou quaisquer outros direitos relativos às debêntures; (c) ao desconto de imposto de renda na fonte de responsabilidade do Membro do Mercado; (d) aos encargos devidos em função da participação no sistema ou exercício de direitos.

A diferença básica entre as contas participantes e as contas de clientes de Membros do Mercado está em que, estas últimas têm no SND apenas um registro sintético onde, sem a identificação do debenturista, são lançadas as operações de depósitos/retiradas de debêntures, ou conversão destas em ações, se for o caso. Isso não significa entretanto que não exista um registro analítico sobre tais contas. Tal registro existe, mas não é de responsabilidade do SND, ficando a cargo do Membro do Mercado do qual o debenturista é cliente.

A titularidade das debêntures é presumida de duas maneiras: (i) quando o titular é participante do sistema, como, por exemplo, um investidor institucional, pelo crédito efetuado na sua posição própria de títulos e pelos documentos que originaram tal crédito; ou (ii) quando o titular é cliente de um Membro do Mercado, e portanto, não participa diretamente do sistema, pelas notas de compra que lhe foram fornecidas pelo Membro do Mercado do qual é cliente.

Debêntures e Operações do Sistema

Ao SND cabe atualizar automaticamente, de acordo com os prazos e condições das debêntures ali registradas, todos e quaisquer valores atribuídos às debêntures, quer sejam eles provenientes de juros, atualização monetária ou ainda de outra forma prevista de rendimento. Também automaticamente, antes do vencimento de qualquer obrigação relativa às debêntures, o sistema expedirá notificação à companhia emissora e/ou a seus representantes, comunicando o valor total por aquela devido. O resgate antecipado das debêntures não é automático, devendo a companhia emissora solicitar tal resgate à CETIP.

A ANDIMA e a CETIP não têm qualquer responsabilidade pelo não pagamento por parte da companhia emissora dos valores devidos sob as debêntures, informando os valores que lhe seriam devidos. Quaisquer pagamentos que a companhia emissora venha a efetuar aos debenturistas a título de reparação pelos danos causados em função do atraso só poderão ser efetuados através do sistema caso atendam todos os debenturistas quanto a prorrogação dos juros. A transferência das debêntures na pendência de qualquer pagamento transfere também ao comprador o direito ao recebimento dos valores em atraso.

Uma vez registrada no sistema, todas as operações relativas às debêntures devem ser realizadas através do SND, o que não impede, entretanto, que a companhia emissora retire as debêntures de sua



emissão do SND, hipótese em que estas serão entregues aos seus respectivos titulares. Tal entrega se dá mediante o registro das debêntures em livro de registro das debêntures nominativas.

O SND registrará, entre outros, os seguintes negócios relativos às debêntures: (i) venda definitiva; (ii) venda com recompra ou revenda com ou sem preço unitário fixado; (iii) antecipação da recompra ou revenda; (iv) caução das debêntures.

Liquidação Financeira

Nas contas mantidas no SND deve ser realizada basicamente, a liquidação financeira das debêntures, ou seja, aí serão lançados os créditos e débitos relativos (i) às operações de negociação de debêntures; (ii) resgate, juros, atualização monetária ou quaisquer outros direitos relativos às debêntures; e (iii) desconto de imposto de renda na fonte.

A liquidação financeira das debêntures, quer seja em função de operações ligadas à negociação das mesmas como compra e venda, ou de juros, atualização monetária ou qualquer outro direito ligado às mesmas só se dará mediante ordem do responsável pela liquidação ao banco mandatário, responsável pela centralização de todas as ordens de liquidação ligadas às debêntures e pela liquidação destas no sistema.

O banco mandatário, após o recebimento de todas as ordens de liquidação, as encaminha para os bancos onde os debenturistas mantêm contas de depósito à vista, a fim de que as ordens sejam liquidadas. Caso tais ordens não sejam aceitas, em função, por exemplo, de insuficiência de saldo em conta, a operação é automaticamente cancelada. As operações também são automaticamente canceladas, caso o Emissora da ordem de liquidação sofra processo de falência ou de intervenção ou liquidação extrajudicial.

A não liquidação da operação por insuficiência de recursos na conta de depósito à vista daquele que emitiu a ordem ou pela decretação de sua falência ou intervenção ou ainda liquidação extrajudicial não responsabiliza, de forma alguma, a ANDIMA, a CETIP ou o banco mandatário pela liquidação financeira da mesma.

Após o encerramento das atividades diárias do sistema cada participante que realizou qualquer negócio ou que tenha direito, em função dos títulos depositados, a algum recebimento no dia receberá o chamado "Documento Consolidado de Operações", que conterá todas as características das suas operações e/ou direitos a receber e que é o único documento comprobatório de suas operações no sistema.



Anexo I da Instrução CVM nº 13/80

S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ

COMPANHIA ABERTA

CNPJ nº:83.296.889/0001-23

Rua Barão do Rio Branco, 1270-E, sala 03.

Chapecó – Estado de Santa Catarina – CEP 89.802-900

Emissão de 68.596 (sessenta e oito mil, quinhentas e noventa e seis) debêntures, em 02 (duas) séries, conversíveis em ações preferenciais da Emissora, nominativas escriturais, da 3ª emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na data de emissão, 1º de novembro de 1999, perfazendo o montante de R\$ 68.596.000,00 (sessenta e oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais), com prazo de vencimento de 08 (oito) anos, vencendo-se em 01/11/2007, a serem integralizadas, em moeda corrente nacional e/ou mediante utilização de créditos, inclusive aqueles representados pelas debêntures da 2ª. emissão, 1ª. e 2ª. séries, na data da subscrição, pelo seu valor nominal acrescido de atualização monetária até o dia da subscrição, e podendo ocorrer a subscrição somente até a data de encerramento do período de distribuição pública ou da data de publicação do anúncio de encerramento de distribuição, o que ocorrer primeiro.

As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 17 de outubro de 2000 e 16 de novembro de 2000, das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 02 de março de 2001 e 24 de maio de 2001, as quais deliberaram sobre a presente emissão de debêntures e foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e publicadas na forma da lei.

Registro na CVM concedido em / /00, sob os nºs CVM/SRE/DEB – 00/ e CVM/SRE/DEB – 00/

“O registro da presente emissão não implica, por parte da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas.”

S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ

Celso Schmitz

Diretor de Relações com Investidores

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Carlos Arnaldo Borges de Souza Viviane Rodrigues

Diretor Advogada

Composição do Capital Social



A tabela a seguir demonstra a composição do capital social da Emissora, de acordo com a AGE de 27/11/2000.

Espécie*	Subscrito		Integralizado	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
Ordinárias	8.583.613.919.006		8.583.613.919.006	
Preferenciais	136.828.972.634		136.828.972.634	
Total	8.720.442.891.640	227.294.923,41	8.720.442.891.640	227.294.923,41

* Ações sem valor nominal

Até o integral pagamento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a EMISSORA se obriga a observar o limite legal do seu capital social, conforme o disposto no artigo 15 da Lei nº 6.404/76, na forma que, quando esta relação ficar prejudicada, no exato momento do aumento de capital haverá também nova emissão de ações ordinárias, em número que satisfaça essa relação.

Características Básicas da Emissão

A tabela a seguir traz um resumo de informações básicas referentes à presente emissão de debêntures:

Debêntures	Quantidade	Preço da emissão (R\$)	Montante (R\$)
1ª Série	19.609	1.000,00	19.609.000,00
2ª Série	48.987	1.000,00	48.987.000,00
Total			68.596.000,00
	Custo Máximo da Distribuição		322.592,00
	Taxa de Fiscalização 1ª Série		58.827,00
	Taxa de Fiscalização 2ª Série		82.870,00
	Montante Líquido para Emissora		68.131.711,00

Demonstrativo do Custo da Distribuição

1. Custos Previstos no Contrato de Distribuição:

Comissão de coordenação: 0,2% (dois décimos de percentual) calculado sobre o montante total da emissão das debêntures.

Comissão de colocação e garantia de subscrição: R\$ 185.400,00 (cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais). Referido valor será atualizado até a data do pagamento pelo critério de atualização das debêntures.

2. Despesas Decorrentes do Registro

2.1. Na Comissão de Valores Mobiliários

R\$ 141.697,00 (cento e quarenta e um mil e seiscentos e noventa e sete reais)

3. Custo Unitário do Lançamento:

Número de Debêntures	Custo do Lançamento (R\$)	Custo Por Debênture (R\$)
68.596	464.289,00	6,77



Contrato de Distribuição de Debêntures

Emissora:

S.A. Indústria e Comércio Chapecó

Coordenador Líder:

Planner Corretora de Valores S.A.

Coordenador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Distribuição, sob o Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Terceira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, de Emissão da S.A. Indústria e Comércio Chapecó, firmado entre a Emissora, o Coordenador Líder e o Coordenador, foi estabelecido que os coordenadores farão a colocação de 68.596 (Sessenta e oito mil e quinhentas e noventa e seis) debêntures conversíveis em ações preferenciais, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pelo preço de subscrição e condições de integralização, cabendo ao BNDES a garantia firme de 65.491 (Sessenta e cinco mil e quatrocentas e noventa e uma) debêntures, e à PLANNER a colocação sob regime de melhores esforços de 3.105 (três mil, cento e cinco) debêntures, perfazendo o montante de R\$ 68.596.000,00 (sessenta e oito milhões e quinhentos e noventa e seis mil reais) na data de emissão, após o registro de emissão expedido pela CVM.

Das Condições Gerais da Emissão das Debêntures

- 1) Número de debêntures, valor nominal e valor da emissão:** Serão emitidas 68.596 (sessenta e oito mil, quinhentas e noventa e seis) debêntures, conversíveis em ações preferenciais, cada uma com valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo um volume total de R\$ 68.596.000,00 (sessenta e oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais), na Data da Emissão.
- 2) Número de Séries:** Dividida em 02 (duas) Séries.
- 3) Destinação dos Recursos:** Os recursos obtidos através da presente emissão de debêntures serão destinados a reestruturação financeira da Emissora.

Estes recursos serão utilizados para substituir créditos de instituições financeiras existentes em 31 de outubro de 1999, portanto em virtude de ser uma reestruturação da dívida financeira da Companhia, as demonstrações financeiras, em função da contabilização da 3ª emissão das debêntures, não sofrerão nenhum novo impacto, tendo em vista que a 1ª série da 3ª emissão é contabilizada como debêntures, com a transformação de créditos de instituições financeiras, considerando os encargos e prazos de tal emissão e a 2ª série da 3ª Emissão em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Na hipótese de colocação parcial das debêntures, a destinação dos recursos se dará proporcionalmente na reestruturação financeira da Emissora.

- 4) Conversibilidade:** Conversíveis em ações preferenciais da Emissora.
- 5) Forma:** terão a forma escritural, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, podendo a respectiva instituição depositária cobrar dos debenturistas o custo de transferência e propriedade, observados os limites legais e regulamentares.
- 6) Colocação e Procedimento:** A colocação é sob o regime de garantia firme e de melhores esforços. As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT -



Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/09/80, sendo atendidos preferencialmente os credores da Emissora e os clientes dos Coordenadores, inexistindo, portanto, reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.

- 7) **Espécie das debêntures:** a) **1ª Série:** com garantia real parcial cumulativa com garantia flutuante, com fiança da Alimbras S/A e, b) **2ª Série:** subordinada com fiança da Alimbras S/A.

7.1) A garantia real, para a 1ª Série, será constituída por caução de 2.549.170.000.000 ações ordinárias de emissão da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos, de titularidade da Emissora, ao valor de R\$ 0,01 por lote de mil ações, com base no novo valor patrimonial apurado nas Demonstrações Financeiras da CCIA, na data de 31.12.2000 e 31.03.2001, em montante equivalente a 130% do valor da emissão das debêntures em 01/11/1999.

Esta garantia real das debêntures da 1ª série é parcial, limitada ao valor de R\$ 25.491.700,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos reais), tendo em vista o valor patrimonial da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos (“CCIA”), com base nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2000 e 31.03.2001.

O valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos em 31/12/2000 e 31/03/2001 é de R\$ 0,01 por lote de mil ações, inferior em 50% quando comparado com o valor patrimonial de R\$ 0,02, definido no item 4.1.8.2 do Instrumento Particular de Escritura Pública da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, divididas em Duas Séries, da S/A Indústria e Comércio Chapecó, datado de 09 de maio de 2001 e que devido ao prejuízo registrado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2000 e no 1º trimestre de 2001 foi alterado pelo Instrumento Particular de Primeiro Aditivo, datado de 25 de maio de 2001. O preço unitário das debêntures dessa emissão em 31/12/2000 e 31/03/2001, é de R\$ 1.145,17 e R\$ 1.176,11, respectivamente, registrando uma evolução de 2,70% nesse período, em virtude da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP no período.

- 8) **Data de Emissão e Vencimento Final:**

8.1) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, especialmente contagem dos prazos de vencimento, amortizações programadas, vencimento de rendimentos, e preço de subscrição, a data de emissão das debêntures será 01.11.1999.

8.2) **Data de Vencimento Final:** 8 (oito) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01.11.2007.

- 9) **Juros Remuneratórios:** a partir da Data de Emissão, as debêntures serão remuneradas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida, a título de “spread”, de 1% (um por cento) ao ano, no primeiro ano, contado a partir de 01/11/1999, 2% (dois por cento) ao ano, no segundo ano, 3% (três por cento) ao ano, no terceiro ano, e a partir do quarto ano, de 4% (quatro por cento) ao ano.

9.1) O montante apurado nos termos do item 9 será exigível, semestralmente, no dia 01 dos meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/05/2001 da 1ª Série, e em 01/11/2001 da 2ª Série, e juntamente com as parcelas de amortização do principal, no vencimento antecipado ou no vencimento final das debêntures, observado o disposto nos itens 10 e 21.



- 9.2)** A Emissora pagará *pro rata temporis* os juros remuneratórios devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões de debêntures em ações, aquisições facultativas e vencimento antecipado.
- 9.3)** Na hipótese de ocorrer a conversão das debêntures da 2ª Série até 30/06/2001, o pagamento da 1ª parcela de juros calculados *pro rata temporis* do período de 01/11/1999 até a data da conversão, poderá ser efetivado, a critério da Emissora, em moeda corrente ou em ações, observado o mesmo critério para a conversão. Após 30/06/2001 os juros serão pagos em moeda corrente nacional.
- 10) Amortizações programadas das Debêntures:** As debêntures serão amortizadas em 11 (onze) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, nos dias 01 de maio e 01 de novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/11/2002 e o último em 01/11/2007. As dez primeiras parcelas corresponderão, cada uma, a 9,09% e a última a 9,10% do valor nominal devidamente atualizado nos termos o item 9.
- 11) Prazo de Subscrição:** As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de 06 (seis) meses a contar da data da concessão do registro pela CVM, observado o item abaixo. As debêntures da 2ª. série somente serão subscritas, após a colocação total ou cancelamento do saldo não colocado das debêntures da 1ª. série,
- 12) Preço de Subscrição:** o correspondente ao valor nominal unitário das debêntures, acrescido da variação da TJLP mais 1% (um por cento) ao ano, a título de “spread”, ambos calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão de 01/11/1999 até 01/11/2000, a partir dessa data o “spread” será de 2% (dois por cento) ao ano, até a data da efetiva subscrição e integralização.
- 13) Forma de Integralização das debêntures:** A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente e/ou mediante utilização de créditos, inclusive aqueles representados pelas debêntures da 2ª Emissão, 1ª e 2ª Séries, as quais serão valoradas para a integralização pelo seu valor unitário devidamente atualizado nos termos da Escritura da 2ª Emissão, de 04 de dezembro de 1995, até a data da emissão em 1º de novembro de 1999 e, a partir desta data serão valoradas utilizando-se os mesmos critérios de Remuneração acima fixado, até a data da efetiva subscrição e integralização das debêntures da 3ª Emissão. As frações de crédito das debêntures da 2ª Emissão, 1ª e 2ª Séries, serão pagas ao subscritor em moeda corrente, na sede da Emissora, no endereço constante do preâmbulo deste Anexo, liquidadas no ato da subscrição, sendo o responsável pela respectiva liquidação o Diretor de Relações com Investidores.
- 13.1)** Os demais créditos, além das debêntures da 2ª. emissão, 1ª. e 2ª. séries, conforme item acima, que poderão ser utilizados para integralização das debêntures da 1ª. e 2ª. série, são: Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC), Operações ligadas à máquinas e equipamentos (FINAME) e Empréstimos para Capital de Giro, incluindo, em todos esses créditos, os encargos financeiros incidentes.
- 14) Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá a qualquer tempo, adquirir, no mercado, debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da remuneração de que trata o item 9, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6404, de 15/12/76. As debêntures objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado.
- 15) Conversibilidade em Ações:** Cada debênture da 1ª Série, à opção de seu titular, poderá ser convertida, a partir de 01/07/2001, em 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações preferenciais



de emissão da Emissora, seguindo critério estabelecido no item 15.8. Cada debênture da 2ª Série, à opção de seu titular, poderá ser convertida a partir da data da subscrição e até 30/06/2001, em 01 (uma) ação preferencial de emissão da Emissora. Após essa data, cada debênture será convertida observando-se os mesmos critérios de conversão da 1ª Série.

- 15.1)** A quantidade de ações decorrente da conversão das debêntures mencionada no item 15, será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos;
- 15.2)** Os debenturistas exercerão a opção de conversão das debêntures em ações preferenciais representativas do capital social da Emissora por envio da solicitação formal ao SND – Sistema Nacional de Debêntures, através do Terminal CETIP ou formulário padrão da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. Caso o debenturista não tenha conta individualizada na CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolada junto à instituição financeira custodiante de suas debêntures na CETIP, para que esta faça o pedido, junto ao SND, da quantidade de debêntures que pretende converter. Para todos os efeitos legais, a data de conversão será a data de entrega da Solicitação de Conversão. A Emissora se obriga a disponibilizar as ações, oriundas da conversão, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis da data da Solicitação de Conversão. Os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da Emissora no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404 de 15/12/1976.
- 15.3)** As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais negociadas em Bolsas de Valores e farão jus a dividendos e bonificações, ambos integrais, distribuídas, bem como a todos e quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista;
- 15.4)** A Emissora esclarece que, para a fixação do preço de emissão de novas ações, não se utilizará da faculdade prevista no parágrafo único do artigo 14 da Lei 6404/76, conforme compromisso deliberado na Ata nº. 340 da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2001, conforme Anexo XII.
- 15.5)** Até o vencimento final da presente emissão, sempre que a Emissora aumentar seu capital com emissão de novas ações, por preço inferior ao parâmetro de conversão das debêntures, definido no item 15.9, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da Emissora, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações preferenciais pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações;
- 15.6)** Até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembléia Geral da Emissora delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações preferenciais, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da Emissora, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do 2º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Debêntures, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão a seu critério, o direito de alterar a Escritura desta Emissão relativamente a cláusula de conversão para adequá-la às condições de conversão da nova emissão de debêntures, ou utilizar o crédito das debêntures desta emissão para subscrever as debêntures objeto da referida emissão;
- 15.7)** Até o vencimento final da presente emissão, na hipótese de a Assembléia Geral da Emissora, deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações preferenciais conferido aos bônus, os debenturistas terão, a seu



critério, o direito de converter as suas debêntures em ações preferenciais pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição;

- 15.8)** As frações de ações decorrentes da conversão efetuado com base nos itens acima, serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o 6º dia útil subsequente, pelo seu valor nominal atualizado na forma estabelecida no item 9. O local de pagamento será na sede da Emissora, no endereço constante do preâmbulo deste Anexo, sendo o responsável pela respectiva liquidação financeira o Diretor de relações com Investidores.
- 15.9)** O parâmetro estabelecido para conversão das debêntures, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, foi fixado, levando-se em consideração o valor patrimonial da ação, onde foi apurado o valor de R\$ 0,02 (dois centavos de real) por lote de mil ações, na Data de Emissão das debêntures.
- 15.10) Contabilização da Conversão das ações:**

1ª Série - Com relação a contabilização dos recursos provenientes do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures da **1ª Série** – os reflexos nas demonstrações financeiras será a redução do passivo e aumento do patrimônio líquido. No resultado do exercício ocorrerá a redução de despesas financeiras incidentes sobre as debêntures a razão de TJLP mais 2% a.a.

PASSIVO	POSIÇÃO 31/12/2000 SEM CONVERSÃO	POSIÇÃO CONVERSÃO 1ª SÉRIE
Circulante	2.599	1.921
Debêntures (1ª Série)	678	-
Outras obrigações	1.921	1.921
Exigível a longo prazo	85.580	63.465
Debêntures (1ª Série)	22.115	-
Outras obrigações	63.465	63.465
Patrimônio líquido	110.786	133.579
Capital social	227.295	250.088
Adiant. p/ futuro aumento de capital (2ª Série)	56.330	56.330
Adiant. p/ futuro aumento de capital outros	10.545	10.545
Reservas de capital	44	44
Reservas de reavaliação	140.633	140.633
Prejuízos acumulados	(324.061)	(324.061)
Total do passivo	198.965	198.965

2ª Série - Com relação a contabilização dos recursos provenientes do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures da **2ª Série** – os reflexos nas demonstrações financeiras será a transferência dentro do patrimônio líquido da Conta adiantamento para futuro Aumento de Capital para Capital Social. No resultado do exercício ocorrerá a redução de despesas financeiras incidentes sobre as debêntures a razão de TJLP mais 2% aa.



PASSIVO	POSIÇÃO 31/12/2000 SEM CONVERSÃO	POSIÇÃO CONVERSÃO 2ª SÉRIE
Circulante	2.599	2.599
Debêntures (1ª Série)	678	678
Outras obrigações	1.921	1.921
Exigível a longo prazo	85.580	85.580
Debêntures (1ª Série)	22.115	22.115
Outras obrigações	63.465	63.465
Patrimônio líquido	110.786	110.786
Capital social	227.295	283.625
Adiant. p/ futuro aumento de capital (2ª Série)	56.330	-
Adiant. p/ futuro aumento de capital outros	10.545	10.545
Reservas de capital	44	44
Reservas de reavaliação	140.633	140.633
Prejuízos acumulados	(324.061)	(324.061)
Total do passivo	198.965	198.965

16) Prêmio: será atribuído para cada debênture subscrita da 1ª Série, um prêmio a ser pago a vista, em espécie, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da realização da Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício findo em 31/12/2004 ou, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias a contar de 30/04/2005, observadas as condições para o seu pagamento previstas no item 16.3.

16.1) O montante a ser recebido pela totalidade dos debenturistas da 1ª Série, será equivalente a 7,864% da diferença positiva entre o valor real da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos para o exercício encerrado no ano de 2004, calculado pela fórmula referida no item 16.2 e o valor apurado no plano de negócios, constante no Anexo XI, correspondente ao referido exercício.

16.2) a fórmula para o cálculo do valor real da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos é a seguinte: 8 (oito) vezes EBITDA (lucro antes do resultado financeiro, depreciação, amortização e impostos) referente ao balanço correspondente ao exercício social findo em 31/12/2004, subtraído o valor da dívida bancária líquida do caixa existente na Chapecó Companhia Industrial de Alimentos ao final do exercício social findo em 31/12/2004.

16.2.1) Entende-se como dívida bancária líquida, o montante devido pela CCIA, às instituições financeiras, em 31/12/2004, deduzidas as aplicações financeiras.

16.3) Condições para o pagamento do prêmio: O direito ao prêmio está condicionado à existência de uma diferença positiva entre: (i) o valor real da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos para o exercício correspondente ao ano 2004, a ser calculado conforme fórmula estabelecida no item 16.2 e (ii) o valor da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos estimado no Plano de Negócios elaborado pela Alimbras S/A, correspondente a referido exercício.



- 16.3.1)** Verificada a condição prevista no item 16.3, cada debênture da 1ª Série, fará jus à parcela do prêmio, que será equivalente a 0,000401% da mencionada diferença positiva.
- 17) Registro de Negociação:** As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.
- 18) Certificados de Debêntures:** A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira depositária das debêntures
- 19) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à referido sistema; (ii) na sede da EMISSORA; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim pela EMISSORA.
- 20) Inadimplemento:** na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora, serão aplicadas as penalidades a seguir:
- 20.1)** Sobre o valor das obrigações inadimplidas será aplicada, de imediato, a pena convencional de 10% (dez por cento) escalonada de acordo com o período de inadimplemento, conforme especificado abaixo: para 1 (um) dia útil de atraso, 1 pena convencional de 1%; para 2 (dois) dias úteis de atraso, 1 pena convencional de 2%; e assim sucessivamente até o limite máximo de pena convencional de 10%.
- 20.2)** O saldo devedor vencido, já incorporada a pena convencional de até 10% (dez por cento), será remunerado pelos juros previstos no item 9 acrescidos de 7,5% (sete e meio por cento) ao ano;
- 20.3)** No caso de obrigação financeira com previsão de capitalização de encargos, a forma de cálculo descrita no item 20.2 será aplicada somente para a parcela dos encargos de inadimplemento que vier a exceder a parte capitalizável.
- 20.4)** A Emissora inadimplente ficará, ainda, sujeita ao pagamento de juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor vencido acrescido da pena convencional a que se refere o item 20.1, que será calculado dia a dia, de acordo com o sistema proporcional, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures referido no item 21.
- 20.5)** Sobre as parcelas vincendas da dívida continuarão a ser aplicados os juros mencionados no item 9.
- 20.6)** Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida será aplicado a todo o saldo devedor o disposto no item 20.1 a 20.4.
- 20.7)** Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não financeira, a Emissora ficará sujeita a multa de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor acrescido dos encargos previstos no item 9 a partir do dia seguinte ao fixado pelos debenturistas contratualmente ou através de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento de obrigação inadimplida
- 21) Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto desta emissão, exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor das debêntures, entendido este saldo como o valor nominal atualizado “pro rata temporis” até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item 9, na ocorrência dos seguintes eventos:
- 21.1)** Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora;
- 21.2)** Pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- 21.3)** Liquidação ou decretação de falência da Emissora;



- 21.4)** Falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do Aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- 21.5)** Vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão;
- 21.6)** Alienação ou transferência, direta ou indiretamente, do controle acionário da Emissora, de titularidade da ALIMBRAS S/A e do Sr. FRANCISCO MACRI, salvo quando para pessoas jurídicas e/ou físicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora.
- 21.7)** Fusão, cisão e incorporação da Emissora; e
- 21.8)** alienação ou oneração de bem imóvel ou outro bem sujeito a registro de propriedade da EMISSORA, salvo: (i) os bens que sejam onerados para a repactuação da dívida com as instituições credoras mencionada no Fato Relevante publicado em 05 de novembro de 1.999, conforme anexo III da Escritura de Emissão, nos jornais Folha de São Paulo e Diário da Manhã de Chapecó – SC; e (ii) em outros casos, mediante aprovação expressa do agente fiduciário.
- 22) Publicidade:** Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, em todos os jornais utilizados pela Companhia que são: a Folha de São Paulo, o Diário Oficial de Santa Catarina e o Diário da Manhã de Chapecó, e na forma direta e expressa, através de comunicado por escrito aos debenturistas.
- 23) Registro:** A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, na forma da legislação vigente, sem prejuízo de arquivamento na Junta Comercial e publicação da Ata da Assembléia Geral, que deliberar sobre a emissão, bem como de inscrição da respectiva Escritura de Emissão no Registro de Imóveis competente.
- 24) Direito de Preferência:** Não terão os atuais acionistas da Companhia direito de preferência, bem como não terão atendimento prioritário para subscrição das debêntures, objeto da presente emissão.

Atendimento aos Debenturistas

Banco Itaú S/A.
Rua Boa Vista, 185 – 2º andar
Cep. 01092-900 – São Paulo / SP
At. Srª Rosa de Fátima da Costa Machado / Aurélio Regiani Júnior
Fac-símile: 11 237-4963
E-mail: rosa.machado@itau.com.br / aurelio.regiani-junior@itau.com.br

Locais de Atendimento nas agências autorizadas do Banco Itaú S.A.:

- São Paulo – Rua XV de Novembro, 318, térreo;
- Rio de Janeiro – Rua Sete de Setembro, 99, subsolo;



- Belo Horizonte – Av. João Pinheiro, 195, térreo;
- Porto Alegre – Rua Sete de Setembro, 746, sobreloja;
- Curitiba – Rua João Negrão, 35;
- Salvador – Av. Estados Unidos, 50, 2º andar;
- Brasília – SCS Quadra 3 – Edifício Dona Angela, sobreloja

Relacionamento da Empresa Emissora com os Coordenadores da Distribuição

O Coordenador Líder possui relacionamento comercial com a Emissora, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, sendo que até 27 de março de 2001 nenhum débito era mantido junto ao Coordenador Líder.

Contrato de Garantia de Liquidez

Não há e nem será constituído fundo de manutenção de liquidez para as Debêntures objeto dos melhores esforços.

Instituições Coordenadoras

Coordenador Líder: Planner Corretora de Valores S/A
Coordenador: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Agente Fiduciário

Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Informações Complementares

Quaisquer informações complementares sobre a Companhia e a distribuição em questão, poderão ser obtidas junto ao Coordenador da operação, ou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.



ANEXOS

Anexo I

Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias e Reuniões do Conselho de Administração, que deliberaram sobre a Emissão das Debêntures

Anexo II

Instrumento Particular de Escritura de Emissão e anexos

Anexo III

Informações Anuais – IAN relativos aos exercícios de 1998, 1999 e 2000

Anexo IV

Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP relativas aos exercícios de 1998, 1999 e 2000

Anexo V

Informações Trimestrais – ITR relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 1999; 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2000 e 31 de março de 2001

Anexo VI

Análise Econômica-Financeira

Anexo VII

Estatuto Social

Anexo VIII

Atas das debêntures anteriormente colocadas

Anexo IX

Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias dos últimos 12 meses

Anexo X

Fatos relevantes publicados em 27 de dezembro de 1999, 24 de maio de 2000, 28 de junho de 2000 e 07 de dezembro de 2000

Anexo XI

Plano de Negócios projetado para 2004

Anexo XII

Ata n.º. 340 da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2001